

COMUNICADO DA COMISSÃO POLÍTICA

1. O acordo de cessar-fogo na Guiné — «de jure», porque de facto ele era já uma realidade no próprio terreno de operações — e o acordo de transferência de poderes, juntamente com a marcação da data do reconhecimento do Estado da República da Guiné-Bissau, que deverá ser anunciado no dia 10 de Setembro, são acontecimentos históricos de uma importância transcendente na luta libertadora dos povos oprimidos pelo colonialismo português e do nosso próprio povo que se libertou do regime fascista em 25 de Abril. Trata-se duma grande vitória do povo da Guiné-Bissau, uma vitória que vem coroar muitos anos de dura luta, mas também duma grande vitória do povo português, de todos aqueles que durante longos anos lutaram em Portugal pela liquidação do colonialismo e pelo fim das guerras coloniais, em primeiro lugar dos comunistas. O PCP, fiel aos princípios do internacionalismo proletário, e cumprindo simultaneamente uma tarefa nacional e patriótica do povo português, foi desde sempre e defensor intransigente do direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação e à independência e durante largos anos a única força que lutou consistentemente por esses princípios. É ainda uma vitória das forças democráticas portuguesas que fixam do anti-colonialismo uma vívida bandeira de luta e do MFA cujo papel no processo de descolonização é duma importância decisiva.

O PCP saúda calorosamente o PAIGC por esta vitória conjunta dos nossos dois povos e reafirma, como sempre o fez em condições tão difíceis, a sua firme solidariedade com os patriotas guineenses, uma solidariedade que se reforçou durante os longos anos de domínio colonial na luta contra um inimigo comum.

UMA PROPOSTA ECONÓMICA UMA POSIÇÃO POLÍTICA

A posição tomada por um grupo de empresários portugueses, nos últimos dias da semana passada, representa um acto político do mais fundo significado. Primeiro, o anúncio da formação do grupo e a entrega do documento ao Governo, na pessoa do primeiro-ministro e de ministros ligados à actividade económica, depois a distribuição desse documento pelos directores dos jornais — «privilegio que nem todos, obviamente, tiveram...» — e uma conferência de imprensa para melhor esclarecimento, tudo representou uma operação oportuna no momento político português.

Insistimos na classificação da formação do grupo e da divulgação do seu documento como acto político e da maior oportunidade.

Por outro lado, e não obstante o que o primeiro signatário do núcleo central afirmou publicamente, considerando o projecto de 120 milhões de contos como acto industrial e não político, toda a análise que compõe a introdução aos projectos que se apresentam é um somatório de considerações políticas, quer sobre o regime anterior a 25 de Abril, quer sobre as perspectivas atuais... «a actual situação política em Portugal que abre um imenso campo de oportunidades que é preciso saber aproveitar para que se possa solidificar uma efectiva democracia» (citado do documento).

Claro que a oportunidade da tomada de posição pública decorre do ambiente e (provocada) instabilidade política, e tem a ver também com as acções a desencadear para «aproveitar as oportunidades que estão à nossa frente».

Na crítica à política económica anterior é evidente a dureza relativamente aos protectionismos que a caracterizavam e à intervenção do Estado na actividade económica, merecendo da parte do primeiro signatário — António Champalimaud que, mesmo recusando-se a ser «porta-voz», não poderá deixar de ser entendido como empresário representativo da tomada de po-

(Continuação na 2.ª página)

tão rápido quanto possível de todos os soldados e marinheiros, sargentos e oficiais ainda mobilizados nas colónias.

O PCP, que sempre considerou complexa e difícil a solução do problema colonial, opôs firmemente às impaciências verbalistas uma política clara e consequente — a mais realista — para se pôr termo, no mais breve prazo possível, às guerras coloniais e ao colonialismo.

3. Os primeiros contingentes de soldados, sargentos e oficiais já iniciaram o seu regresso à pátria, vindos da Guiné, para o seu país libertado do fascismo, empenhado em consolidar e alargar os direitos e liberdades conquistadas e em destruir as manobras da reacção fascista derrotada. Esse comportamento foi e será um dos factores directos para o fortalecimento dos laços de amizade e cooperação pacífica entre o povo português e o povo da República da Guiné-Bissau.

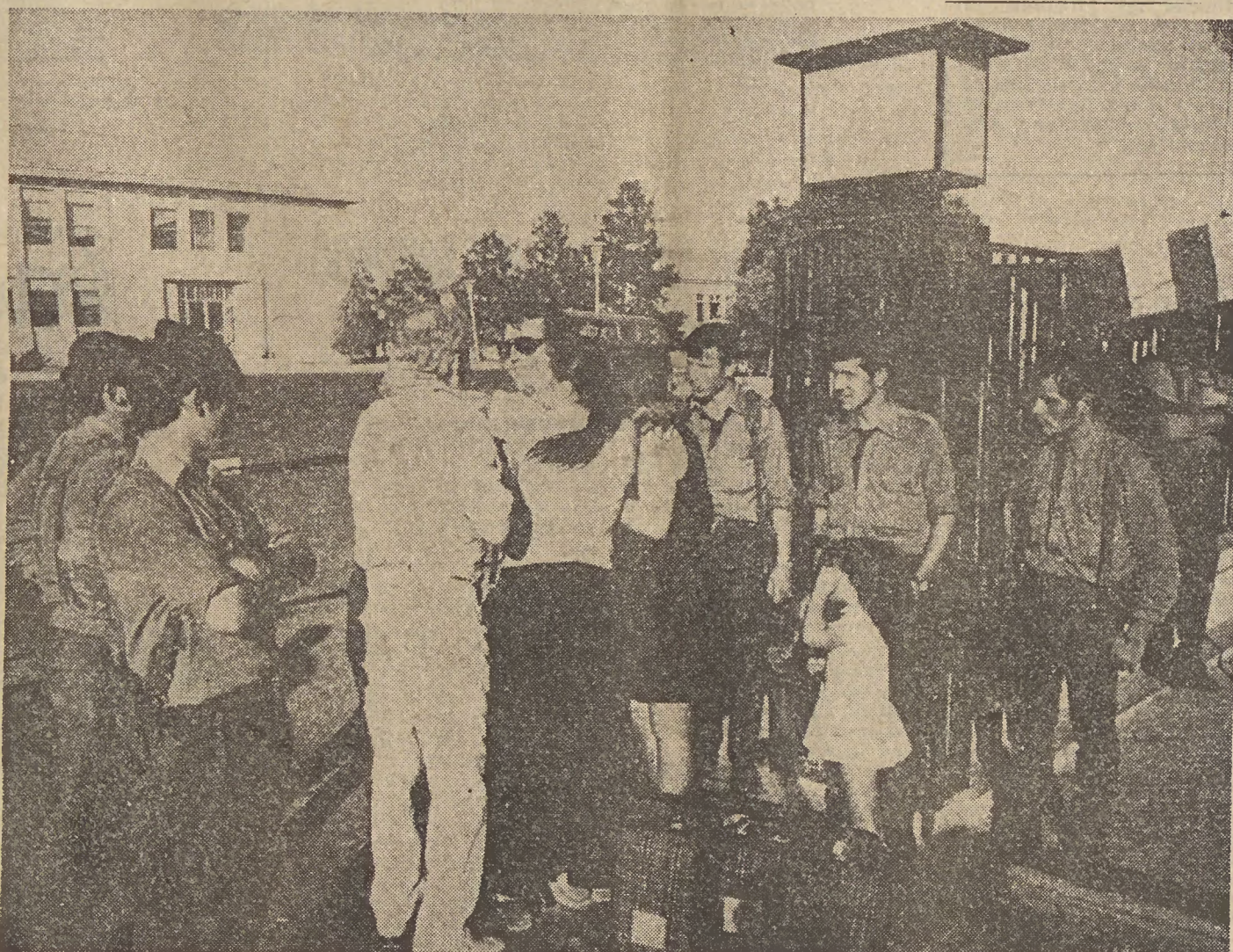
O PCP, ao mesmo tempo que saúda estes militares, confia que eles serão em Portugal firmes defensores do processo de democratização nacional em curso.

O regresso dos soldados deve ser apressado. Nenhuma outra causa que não seja de ordem militar ou técnica deve retardar a sua retirada da Guiné. Impedir ou dificultar a ponte aérea que deve trazer rapidamente para a pátria esses militares — e que a greve actual da TAP, imposta ao conjunto dos trabalhadores por uma minoria esquerdista, pode comprometer — seria uma coisa que certamente o nosso povo não compreenderia e condenaria.

4. No dia 10 de Setembro será formalmente declarada a independência da República da Guiné-Bissau, dois dias antes da sua data nacional que é, ao mesmo tempo, a do 50.º aniversário do grande patriota e dirigente da luta do povo guineense assassinado por mercenários a soldo do colonialismo, Amílcar Cabral.

O PCP apela para que o nosso povo manifeste pelas formas mais diversas a sua alegria e regozijo por este passo histórico da nossa vida nacional — um passo necessário para o estabelecimento definitivo da democracia, da independência e da liberdade em Portugal, e para o estabelecimento de relações fraternas entre os povos português e guineense.

Lisboa, 27 de Agosto de 1974.
A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português.



OS SOLDADOS PORTUGUESES REGRESSAM ÀS SUAS CASAS ÀS SUAS FAMÍLIAS, À SUA PÁTRIA, AO SEU POVO

Imagens como esta registam-se todos os dias, na chegada dos soldados vindos pela ponte aérea Bissau/Lisboa, estabelecida para trazer os soldados que regressam da Guiné. Imagens de alegria, que levam a milhares de lares portugueses a prova concreta da grande vitória alcançada pelo nosso povo com o fim da guerra e a independência da Guiné-Bissau, realizada com o apoio de Portugal. Os nossos soldados venceram a guerra contra o fascismo e o colonialismo. Que em toda a parte eles sejam devidamente recebidos!

VIVA A REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU! VIVA O POVO IRMÃO DA GUINÉ LIBERTADA! VIVA O PAIGC!

O grande passo foi dado. Portugal reconhece a independência da República da Guiné-Bissau.

O regresso a Portugal das tropas estacionadas na Guiné já começou.

Terminou, na terra guineense, o jugo do colonialismo.

Uma nova era de amizade, de cooperação, de respeito mútuo, pode ser inaugurada, entre Portugal e a República da Guiné-Bissau.

A grande vitória anunciada esta semana, com a assinatura do acordo sobre o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, traz ao povo português o primeiro resultado concreto da política de descolonização.

Foi de mãos dadas, criando um novo elo de uma aliança forjada em muitos anos de luta contra um inimigo comum, que os povos de Portugal e da Guiné deram este passo.

É com legítimo orgulho que o povo português, libertado do fascismo, pelo 25 de Abril, irá inscrever a data de 10 de Setembro, dia do reconhecimento oficial da independência da Guiné-Bissau, como uma das grandes datas da sua história. Nesse dia iniciará uma nova vida o primeiro Estado nascido em territórios dominados pelo colonialismo português e libertado com o pleno apoio do povo português.

O caminho da independência foi conquistado, pelo povo da Guiné-Bissau, através de uma dura luta. Foi pela força das armas que o PAIGC impôs ao colonialismo português o

reconhecimento da sua legitimidade, como dirigente da luta de libertação do povo guineense. Foi pela força das armas que o povo da Guiné-Bissau impôs o reconhecimento do seu direito à independência.

Durante essa luta, porém, sempre o PAIGC afirmou que não era contra o povo português que o povo guineense combatia. Era contra o colonialismo português.

Durante essa guerra cruel, imposta pelo fascismo colonialista aos dois povos, também sempre o PCP, através dos seus órgãos, por todos os meios ao seu alcance, esteve ao lado do PAIGC, apoiou a luta de libertação do povo guineense, chamou o povo português em luta pelo fim das guerras coloniais e pelas negociações com os movimentos de libertação, mobilizou milhares de pessoas nessa luta, dirigiu grandes acções de massas com esse objectivo.

O acordo assinado esta semana culmina essa luta comum e reforça os laços nela criados. A activa participação do Movimento das Forças Armadas, para a realização deste acordo, é um sólido penhor da sua aplicação, uma expressão do alargamento da frente anticolonialista em Portugal, uma condição para que se siga em frente na via da descolonização. A confraternização dos soldados portugueses com os combatentes do PAIGC, que se tem vindo a registar na Guiné, é uma das mais altas expressões dos novos laços de amizade que será possível criar entre os dois povos.

Tal como sempre defendemos os legítimos direitos do povo da Guiné e das outras colónias em todas as circunstâncias, também, agora, tudo faremos para que se dê rapidamente uma expressão concreta aos novos laços de cooperação que são previstos com a República da Guiné.

Sendo povos livres e iguais, nada deverá ensombrar a colaboração entre os povos de Portugal e da

Guiné-Bissau. No futuro que queremos construir para a nossa pátria deverá caber também a fraternal colaboração com os países libertados do colonialismo português, e, entre eles, como precursora da sua libertação total — a República da Guiné-Bissau.

O «Avante!» — em cujas páginas se pôde seguir o desenvolvimento da heroica luta do povo irmão da Guiné e a actividade do

PAIGC — saúda ardentemente a vitória final alcançada, e faz apelo ao povo português para celebrar devidamente o grande acontecimento que será, no próximo dia 10, a sua consagração oficial, com o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau pelo Estado português.

Façamos, desse dia, um dia de festa nacional! Uma festa em que mani-

(Continuação na 2.ª página)

4 a 11 de Setembro

Semana de Solidariedade ao Povo do Chile

Pág. 8



A GREVE NA TAP

Dirigidos aos trabalhadores da TAP, a célula do PCP naquela empresa publicou, a 25 e 28 deste mês, dois documentos acerca do movimento grevista desencadeado na Divisão de Manutenção e de Engenharia.

Pelo seu interesse para a compreensão daquele processo, «Avante!» transcreve-os na íntegra.

A célula TAP do Partido Comunista Português, atenta ao desenrolar dos acontecimentos que ultimamente se têm verificado, alerta os trabalhadores para as manobras que grupos de radicais pequeno-burgueses vêm desenvolvendo.

Os operários da DME que, durante o fascismo, tantas provas deram de consciência política e

combatividade, devem agora desmascarar essas manobras.

Assim, a coberto das justas reivindicações dos trabalhadores, aqueles grupos pretendem criar situações de choque que ponham em causa o processo de democratização em curso. No momento em que os trabalhadores estão empenhados na revisão do ACT, o aparecimento de um caderno reivindicativo, surgido duma assembleia em que estiveram presentes menos de 200 trabalhadores, é uma nítida manobra de diversão.

Como é que aqueles que tão frequentemente evocam as «bases», não puseram o caderno reivindicativo à discussão e aprovação de todos os trabalhadores da TAP, recusando mesmo a interfeirência nessa discussão aos órgãos representativos dos trabalhadores? É claro o carácter divisionista desta manobra! Não conseguindo o apoio da maioria dos trabalhadores em amplos plénários, esses grupos tentam agora lançar os trabalhadores numa greve.

Quando as negociações do ACT estão em curso, não estando esgotadas as possibilidades de satisfação das reivindicações dos trabalhadores, e não tendo sido antecedida de uma ampla discussão por todos, é de repudiá-lo o uso da greve. Para além disso, uma situação de greve na TAP só servirá neste momento às forças reacçãoárias, pois que paralisando a única companhia aérea do país numa fase em que a sua situação político-económica é difícil, seria uma nítida sabotagem ao processo de democratização em curso, o qual enfrenta lá bastantes obstáculos.

Neste momento, o fundamental para a classe operária e todos os trabalhadores, é a consolidação das conquistas democráticas conseguidas após o 25 de Abril. Só assim se assegura que o fascismo não volte.

Cabe aos trabalhadores, em aliança com o Movimento das Forças Armadas, estar vigilantes e lutarem pelo avanço do processo democrático.

25 de Agosto de 1974.

A CÉLULA DA TAP DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A célula da TAP do PCP alertava no seu documento de 25 do corrente para os perigos a que certas acções conduzidas por elementos aventureiros poderiam lançar os trabalhadores. Esses perigos acabam de concretizar-se

com a intervenção das Forças Armadas nos serviços da Companhia, e a sujeição dos trabalhadores à disciplina militar.

Não se pode aceitar de forma alguma que elementos «esquerdistas» ponham em jogo os interesses de todos os trabalhadores. Urge desmascarar e responsabilizar esses aventureiros que conduziram a esta situação.

Estando as negociações do ACT numa fase adiantada, assegurada a sua vigência com efeitos retroactivos desde Julho de 1974, esta greve tem nitidamente um carácter político, sendo objectivamente uma provocação. Ela é dirigida não só contra os interesses da maioria dos trabalhadores da TAP, mas do povo português em geral.

Procurando um confronto com as Forças Armadas, o que poderá comprometer a sua aliança com as massas trabalhadoras, e sabendo que a economia nacional, os elementos aventureiros responsáveis pela desencadeamento da greve estão objectivamente a fazer o jogo das forças mais reacçãoárias.

Utilizando métodos antidemocráticos, que foram desde o rasgar dos documentos da nossa célula à recusa de participação de trabalhadores que discordassem das suas posições, até à deturpação das notícias enviadas para os órgãos de informação, esses elementos mostraram a sua verdadeira natureza e os fins que pretendem servir.

Neste momento de alegria nacional pela efectivação do processo de descolonização, e o regresso de milhares de soldados a Portugal por via aérea, a situação existente na TAP cria um ambiente desfavorável a um bom desenrolar das operações. O povo português não pode compreender nem tolerar este procedimento.

Assim, mais uma vez, a célula da TAP do PCP alerta os trabalhadores, apelando para que desmascarem os elementos responsáveis pelas manobras aventureiristas, para que mantenham um clima de serenidade e disciplina evitando incidentes e situações de choque com os elementos das Forças Armadas, o que mais grave tornaria a situação.

QUE OS TRABALHADORES DISCUTAM E DECIDAM RE-PUDIAR ESTA GREVE! NÃO A NOVAS AVENTURAS DE PROVOCACÃO! PELA RÁPIDA NORMALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO NA TAP!

28 de Agosto de 1974.

A CÉLULA DA TAP DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS.

A PAZ NA GUINÉ O «AVANTE!» A GUERRA

(Continuado da 1.ª pag.)
festemos a nossa amizade e solidariedade ao povo irmão da Guiné-Bissau.

CONTRIBUTO PARA A PAZ

COMUNICADO DA UEC

Guiné-UEC
1. Acaba de ser assinado pelo Governo Português e pelo PAIGC o acordo final para a transferência de poderes para o Governo da República da Guiné-Bissau.
A União dos Estudantes Comunistas, na certeza de interpretar os sentimentos das mais amplas massas estudantis, saudou o Governo Provisório e o Movimento das Forças Armadas pela determinação em cumprir a via traçada pelo programa do MFA, o qual desde a primeira hora, recebeu a mais viva e ardente adesão popular.

A UEC saudou calorosamente o povo e a juventude da República da Guiné-Bissau, saudou a sua vanguarda revolucionária — o PAIGC — neste momento histórico em que se põe termo a séculos de exploração e opressão colonialista, e se abrem perspectivas para a construção de um futuro de paz e progresso na vossa pátria independente.

2. Os momentos que hoje vivemos são fruto da vitória do glorioso Movimento das Forças Armadas, são fruto das combatedoras movimentações ao longo de catorze anos de luta, dos comunistas, das forças democráticas, das massas populares no nosso país pelo fim da guerra e do colonialismo.

Estes momentos são possíveis, graças à heróica luta travada pelo povo da Guiné-Bissau, pela coragem e determinação que colocou na sua justa luta, pela maturidade e firmeza política em todos os momentos revelada pela sua vanguarda combativa — o PAIGC.

A alegria que sente o povo da Guiné-Bissau sente-a também o povo português, que começa a ver concretizada uma profunda aspiração popular — o regresso dos soldados.

Estes factos de elevado alcance histórico comprovam as profundas alterações políticas havidas na sociedade portuguesa. São possíveis graças à aliança coesa entre as Forças Armadas e as massas populares, que opõem com firmeza uma tenaz barreira a todas as manobras da reacção.

A concretização da independência da Guiné-Bissau isola e desmascara, desmente uma vez mais todos aqueles cuja actividade aventureira e provocatória nunca tem em conta, na forma e conteúdo adoptados, as condições objectivas existentes em cada momento, e que assim em nada contribui para a vitória hoje alcançada antes a contrária ao pôr em causa o processo de democratização em curso no nosso país.

3. Ontem, sob as áuricas condições do fascismo, os estudantes comunistas apoiados nas largas massas estudantis deram um vigoroso contributo à luta contra a guerra colonial.

Hoje os estudantes estão com as massas populares, que se lançam na via de democratização e com elas erguem bem alto e mostram inequivocamente o seu desejo de ver reconhecida a independência aos outros povos irmãos das colónias.

Como desde sempre expressou o PCP, esta é uma condição indispensável para assegurar a construção de um novo Portugal livre, pacífico e independente. Só assim, será garantida a continuação do processo democrático. Quaisquer atrasos nesta via só colocarão em perigo as liberdades alcançadas. É imperioso que se avance com firmeza e rapidez na via que conduzirá à independência colonial portuguesa — condição necessária para que sejam evitadas as manobras reacçãoárias do imperialismo internacional.

A paz alcançada na Guiné-Bissau, resultado da política do novo Governo em Portugal, é um contributo para a paz e desanuviamento de todo o mundo. Ele representa uma vitória para todas as forças amantes da paz e do bem-estar dos povos.

4. A UEC tudo fará para que os laços de amizade dos estudantes portugueses com a juventude e o povo da República da Guiné-Bissau se estreitem e se reforcem ainda mais.

A UEC apela a todos os estudantes para que, das mais variadas formas, mostrem o seu regozijo pela extraordinária vitória alcançada pelas forças progressistas no caminho da democracia e da paz.

Lisboa, 27 de Agosto de 1974.

à guerra, devolver os soldados às suas famílias, abrir caminho para a nova era de cooperação que é necessário estabelecer com os povos africanos.

Uma festa em que reafirmemos a vontade de levar rapidamente para diante, até ao fim, o processo de descolonização, com a independência de Moçambique e de Angola.

A República da Guiné.

UMA PROPOSTA ECONÓMICA UMA POSIÇÃO POLÍTICA

(Continuado da 1.ª pag.)
nificativa a afirmação de que os empresários que fundaram o MDE/S procurarão actuar no respeito e no cumprimento de programa do Movimento das Forças Armadas.

Por outro lado, afirmamos que não têm tempo a perder com querelas inúteis ou com debates abstractos para os quais não se encontra concretização visível ou possível. Sendo assim, e apesar de se afirmar que não se apresen- ta «única solução possível», tudo o resto é estigmatizado de maneira que não pode deixar de ser classificada no plano da perda de tempo com querelas inúteis ou com debates apressados. Ora a verdade é que se torna indispensável um debate sobre a coerência do projecto apresentado — e suas intenções — com a definição de política económica e de política social, que são as do Programa do Movimento das Forças Armadas que o mesmo projecto afirma estar na disposição de cumprir: política económica ao serviço do povo português, principalmente das camadas sociais até agora mais desfavorecidas, e política social para defender, em todos os domínios, os interesses dos trabalhadores. E o debate ganhará um grande interesse prático — bem diverso de querela inútil ou de debate abstracto — se não «arrumamos» a intervenção do Estado na «intervencionista protecção» mas procuramos, sim, quais as vias de a fazer, de efectivamente promotora de políticas, visando o desenvolvimento económico e o progresso social.

Em vez desse debate ou de considerações nesse sentido, o projecto-documento do MDE/S faz seguir a sua introdução de uma série de projectos a que chama de «apoio e intervenção», no sentido de uma estabilização «do sistema político, do tipo do que tradicionalmente se encontra nos modelos democráticos». Essas dezenas de projectos enumerados correspondem a «problemas de capital importância para a comunidade», dizem, portanto, respeito a todos os portugueses, com os seus es- tados de acordo embora pensamos que o seu enunciado, a oferta das «capacidade técnica e a experiência profissional que possuem», são pouco, ainda por cima com a posição tomada contra a intervenção do Estado e a falta de referência a uma coordenação geral da política económica, para não falar já de uma planificação participada a partir da relação de forças que se venha a estabelecer nesta etapa da evolução da sociedade portuguesa.

Claro que não queremos estas nossas observações «considerar de desnecessário estudo o que se apresenta como projectos de empreendimento. Esse estudo é bastante útil, estará no plano do tempo ganho fora de querelas inúteis e debates abstractos, mas só desde que o projecto integrado numa perspectiva global das políticas económica e social, definidas no programa do Movimento das Forças Armadas, enquadramos numa planificação democrática ainda que inserida num sistema capitalista, mas onde as relações de forças se alteraram substancialmente.

Poder-se-ia ter a esperança de que a última parte do projecto fosse a que efectivamente corresponderia a uma contribuição efectiva do MDE/S para a dinamização da vida económica e social portuguesa com projectos novos e grandiosos a relançarem a economia e a somarem 120 milhões de contos. No entanto, o que encontramos é, segundo a própria definição do documento, «um conjunto de iniciativas que serão desenvolvidas se para tal houver as condições de apoio indispensáveis». E aqui levanta-se um problema político da maior gravidade. A «lista de empreendimentos possíveis», não obstante somarem o total de cerca de 120 milhões de contos, são «empreendimentos já estudados ou em vias de realização» e a que se encontram de alguma forma ligados os membros do Núcleo Central do MDE/S a concretizarem... «se para tal houver as condições de apoio indispensáveis»!

Estes projectos, todos eles já estudados ou em vias de realização — e tantos deles já anteriormente a 25 de Abril! — apresentam-se como força de pressão para que se concretizem... as tais condições de apoio indispensáveis. Não podem, portanto, ser consideradas como outra coisa que uma atitude política. E a atitude política de empresários que criticam um regime antes da sua queda, e que, depois da queda, regime a que nunca puderam publicamente condições para desenvolver projectos, se não em todos os casos presente, nem por isso merecem reservas públicas e críticas de fundo que agora se fazem, ao mesmo tempo que à nova política económica em trânsito de definição esses empresários colocam verdadeiras condições para que a concretização de empreendimentos se faça, não deixando de ser muito significativa a referência salpicada por todo o texto a problemas de desemprego, a questões de mão-de-obra e emigração, a instabilidade política, a necessidade de criar um clima de confiança quanto ao futuro!

Claro que não queremos estas nossas observações «considerar de desnecessário estudo o que se apresenta como projectos de empreendimento. Esse estudo é bastante útil, estará no plano do tempo ganho fora de querelas inúteis e debates abstractos, mas só desde que o projecto integrado numa perspectiva global das políticas económica e social, definidas no programa do Movimento das Forças Armadas, enquadramos numa planificação democrática ainda que inserida num sistema capitalista, mas onde as relações de forças se alteraram substancialmente.

«Avante!» Oração Central do Partido Comunista Português

Declaração do Partido Comunista Português sobre o assassinato de Amílcar Cabral

O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, líder do povo da Guiné-Bissau, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

1. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

2. Denunciamos a política do governo fascista de colónia da Guiné-Bissau, baseada no terror e na violência, que se tornou insustentável e que se tornou insustentável.

3. O governo da Guiné-Bissau, baseado no terror e na violência, que se tornou insustentável e que se tornou insustentável.

4. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

5. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

6. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

7. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

8. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

9. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

10. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

11. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

12. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

13. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

14. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

15. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

16. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

17. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

18. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

«Avante!» Oração Central do Partido Comunista Português

Declaração do Partido Comunista Português sobre o assassinato de Amílcar Cabral

O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, líder do povo da Guiné-Bissau, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

1. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

2. Denunciamos a política do governo fascista de colónia da Guiné-Bissau, baseada no terror e na violência, que se tornou insustentável e que se tornou insustentável.

3. O governo da Guiné-Bissau, baseado no terror e na violência, que se tornou insustentável e que se tornou insustentável.

4. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

5. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

6. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

7. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

8. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

9. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

10. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

11. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

12. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

13. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

14. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

15. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

16. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

17. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.

18. O Partido Comunista Português, ante o assassinato de Amílcar Cabral, expressa a sua profunda dor e solidariedade com o povo da Guiné-Bissau, e condena a acção assassina dos elementos da direita portuguesa, que se lançaram na tentativa de assassinar o líder do povo da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, em 20 de Setembro de 1973.



O POVO DE ALMADA ESTÁ COM O MFA PORTO, ANO UM

Respondendo ao apelo dos principais organismos políticos de Almada — PCP, PSP e MDP —, o povo do concelho acorreu no domingo passado, em massa, à praça principal da cidade para manifestar o seu incondicional apoio ao Movimento das Forças Armadas e, ao mesmo tempo, a sua gratidão aos militares progressistas que, interpretando a vontade do povo e em estreita aliança com este, derrubaram a ditadura fascista e o seu aparelho represivo na gloriosa jornada do 25 de Abril.

Na origem da manifestação esteve a homenagem que a comissão toponímica da cidade entendeu prestar ao MFA, dando o nome de Praça do Movimento das Forças Armadas ao largo principal de Almada, até agora conhecido como Praça da Renovação.

Imediatamente à volta dessa ideia se gerou um movimento de unidade, sendo todo o trabalho de preparação da homenagem feito em estreita colaboração por militantes do Partido Comunista, do Partido Socialista e do Movimento Democrático, os quais contaram desde logo com a adesão entusiástica da comissão administrativa do município, das colectividades e sindicatos locais, bem como do Movimento da Juventude Trabalhadora, das Juntas de

freguesia, da União dos Estudantes Comunistas e do Movimento Democrático de Mulheres.

Participação popular e unidade antifascista

Muito antes da hora marcada para a concentração começaram a chegar à vasta praça grupos de manifestantes que vinham das várias freguesias com bandeiras nacionais, bandeiras dos partidos e distícos de apoio ao MFA e de apelo à unidade entre as forças populares e as forças militares.

Na tribuna tomaram lugar os representantes dos partidos e entidades organizadoras da manifestação — João Raimundo, do «comité» local do PCP, que presidiu; Marcos Antunes e Armando Lima, do MDP; Deolinda Franco e Adelaide Matos, do PCP; Hercúlo Pires e Cláudio Teixeira, do PSP; Fernando Proença, presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal; José Gonçalves, da comissão toponímica; Duarte Ramos Salgado, pelos sindicatos do concelho, representantes das juntas de freguesia e ainda os comandantes dos Bombeiros Voluntários de Casilhas e Almada.

Ladeando a tribuna viam-se as bandas da Inícrivel Almadense e da Academia, que tocaram o hino nacional, «Grândola, Vila Morena» e o «Avante, Camarada

Avante», cujas estrofas foram entoadas em coro pelos milhares de manifestantes.

José Gonçalves, o primeiro orador, sublinhou em determinada altura da sua intervenção: «Esta homenagem que hoje prestamos ao Movimento das Forças Armadas deve comprometer-nos a lutar e a estarmos vigilantes contra as provocações que visem criar conflitos e a separar o que que unido deve estar. Nunca, como hoje, foi tão vital e imperioso afastar o que nos divide e valorizar o que nos une.

Logo, todos aqueles que pretendem atentar contra a unidade estão a abrir o caminho à contra-revolução e ao retorno do fascismo.»

Por entre gritos de «Unidade», «Unidade», tomou a palavra o representante do MDP, Marcos Antunes, que, depois de afirmar que o balanço dos últimos quatro meses é nitidamente positivo, acrescentou: «Já se avançou muito no processo de democratização em curso, mas muito há ainda por fazer. O caminho percorrido até agora não tem sido fácil. A reacção só nos dias imediatos ao derubamento do fascismo ficou muda e queda, com medo do justo castigo pelos crimes praticados. Depois, ao verificarem que grandes responsáveis fascistas não eram castigados, que alguns até eram nomeados para altos cargos

e que havia outras hesitações no saneamento, as forças reacçãoárias ganharam alento.»

Depois de enumerar as manobras da reacção, incluindo a sabotagem económica, as acções terroristas, os incêndios e as manobras políticas, o orador salientou: «Estas manobras reacçãoárias têm sido desbaratadas pela vigilância popular em estreita aliança com a MFA, mas temos de estar preparados para novos golpes. Os fascistas não querem perder os privilégios que gozam à custa dos trabalhadores e tudo farão para tentar sabotar e impedir o cumprimento do programa do MFA.»

O prosseguimento de uma unidade cada vez mais sólida

Adelaide Matos, falando em representação do PCP, disse: «As conquistas conseguidas após o 25 de Abril só têm sido possíveis com a unidade do Movimento das Forças Armadas, das forças democráticas e do povo que, lado a lado, trabalham e lutam para que seja integralmente cumprido o programa do Movimento das Forças Armadas. A reacção não desistiu nas suas tentativas para levar a cabo o volte-face que lhe permitisse o retorno ao fascismo. No entanto a unidade das forças autenticamente democráticas têm conseguido fazer frente ao jogo, quantas vezes subtil, da reacção.

Só através do prosseguimento desta unidade, cada vez mais sólida, poderemos construir o País novo e democrático por que todos ansiamos. Estamos atentos! A reacção não passará! Unidos venceremos!»

O representante do Partido Socialista, Hercúlo Pires, começou por dizer: «Quando os núcleos do PCP, do PS e do MDP promoveram esta manifestação, fizeram-no conscientes de que iam ao encontro da vontade popular. Esta manifestação tem o propósito de mostrar ao MFA a solidariedade do povo de Almada.»

Hercúlo Pires referiu-se às manobras da reacção, «umas abertas outras insidiosas», e sublinhou: «Temos que estar, pois, vigilantes para que não se repitam os acontecimentos trágicos do Chile.»

As forças da reacção não dormem A nossa organização e a nossa luta têm de continuar

Duarte Ramos Salgado falou seguidamente em nome dos sindicatos do concelho de Almada e começou por dizer que passados 4 meses sobre o 25 de Abril «os trabalhadores portugueses

têm fortes razões para encerrar o futuro com optimismo e esperança», uma vez que se deram já grandes passos no sentido da sua emancipação, ao serem conquistados os direitos de reunião, associação e filiação livre em partidos políticos, o direito à greve e a liberdade de expressão, «liberdades e direitos esses que a esmagadora maioria dos trabalhadores têm, na prática, sabido utilizar com o sentido das realidades e dando provas de uma cada vez mais funda e autêntica consciência de classe que sabe o papel que lhe compete desempenhar e quais os caminhos a percorrer na construção de uma sociedade verdadeiramente livre e democrática».

Proseguindo, disse o representante dos trabalhadores: «A nossa organização e a nossa luta tem de continuar sem hesitações nem quebras de ânimo. As forças da reacção não dormem. O grande capital continua a fazer o seu jogo e não lhe faltam aliados: à sombra de partidos ditos democráticos de centro ou escondidos atrás de uma linguagem ultra-revolucionária medram os melhores aliados dos nossos inimigos de classe.»

O último orador foi o presidente da comissão administrativa do município, que recordou ser esta comissão mandatária do Movimento Democrático e como tal não podia deixar de participar na homenagem de apoio ao Movimento das Forças Armadas, ao mesmo tempo que vinha declarar de novo e publicamente o seu total apoio ao Governo Provisório e ao Programa do MFA.

No final, depois de João Raimundo ter lido uma moção de apoio ao MFA, que foi aprovada por aclamação, procedeu-se ao desceramento da placa situada no centro da rotunda, onde se lia Praça do Movimento das Forças Armadas, tendo os manifestantes colocado junto dela numerosos cravos vermelhos, símbolo da aliança entre o povo e os militares que derrubaram o fascismo.

Os acontecimentos da última semana não proporcionaram o devido relevo à conferência de Imprensa que os senhores Manuel Silva, José Santos e António Rodrigues convocaram em nome do grupo «BOOM ECONÓMICO M.T.M.».

E, no entanto, alicientes eram o tema e os projectos. Como se verá a partir de algumas respostas que seleccionámos entre as mais significativas.

Pergunta — Quais os objectivos essenciais do vosso grupo, em que regiões e sectores vão operar?

A. R. — Dos objectivos essenciais poder-se-ão os senhores inteirar pela leitura do «dossier» de 505 págs., sem contar com 35 de prefácio e índices. Qualquer técnico vos poderá dizer do seu peso em papel «couche». Por ele veis que se trata dum investimento de 500 milhões de contos e apenas, como o nosso nome indica, nas províncias do Minho e Trás-os-Montes. Em que sectores? Mas em todos! A começar pela agricultura e pelas pequenas empresas industriais e comerciais, dentro duma complexa integração e interligação, com dimensionamento ajustado à conjuntura socioeconómica-cultural. Os problemas das infra-estruturas preocupam-nos de sobremaneira: desde os bebedouros para o gado até uma apertada rede de auto-estradas e ferrovias, que cubram todo o Norte com respectivas conexões nacionais e internacionais a favorecer o «boom» do comércio externo. Esta panorâmica, e as 505 págs., darão uma ideia da grandiosidade do empreendimento.

Pergunta — Parece-vos-a coisa a pergunta: qual a razão da designação adoptada pelo vosso grupo?

J. S. — O nosso empreendimento é transparente e a tudo estamos aptos a responder. Tanto mais que o nosso povo é desconfiado quando vê «muita banha por cinco tostões». Mas, quanto à pergunta: projecto altamente racionalizado como o nosso, não podia descurar os mais ínfimos por-

menores. A designação foi escolhida entre 386 propostas de peritos. Optimos por aquela que corresponde à imagem técnico-modernista-publicitária que queremos dar ao grande público. Um termo anglo-saxónico, próprio a tratamento estético, três iniciais (hesitámos: ITT também tem três, mas como só uma coincide...) o que tem mais impacto do que Minho e Trás-os-Montes que toda a gente conhece, enfim um jélio tecnocrático aliciente e «sério».

Querem ver o grau de racionalidade? O grupo de arranque tem 12 elementos: tantos quantos os meses do ano. Esperamos em breve ter 23: quantas as letras do alfabeto e, reparem, com um nome por cada uma.

Pergunta — Dentro da estratégia monopolista do fascismo, inúmeras pequenas empresas, industriais agrícolas ou outras sofreram e faliram por milhares. Sendo o vosso grupo constituído por pequenas empresas (e até por sujeitos individuais) isso não prejudicará a credibilidade do vosso projecto?

A. R. — De modo nenhum. Efectivamente milhares de pequenas industriais, comerciantes, agricultores foram esmagados. Mas quantos milhares de outros conseguiram resistir à cilindragem dos grandes grupos monopolistas apoiados (involuntariamente, parece) pelo regime fascista que nos oprimiu? Querem maior mérito do que sobreviver, mesmo que penosamente, em tais condições, contra o próprio aparelho de Estado?

Pergunta — Isso significa, portanto, que afastam qualquer hipótese de coacção no vosso «jeito com empresas gigantes»?

M. S. — Não, embora haja reservas. Em contactos havidos oficialmente, folhos sugerido um sistema paritário: 6 grandes e 6 pequenos e médios. Nós preferimos a proporcional, embora neste caso nos tivéssemos dito que assim não ficaria nenhum grande, tão poucos são. Dispussemos-nos a aceitar um estatuto de minorias. A nossa proposta parece-nos justa:

por exemplo, eu não tenho nenhum empregado, salvo a patroa e o filho da 15 anos, que não se podem haver com todo o trabalho; há ainda as despesas de hotéis e «suítes» compatíveis incompontíveis nesta fase inicial.

Mas há mais. Não quisemos arcar com os riscos de herdar problemas económico-financeiros dos grandes grupos, cujos gritos alarmistas nos mantêm aprensivos.

Porém, sinceramente, não compreendemos a vivacidade da reacção dos nossos interlocutores quando contrapusemos a uma proposta de democratização do capital (bem vêem, está muito batida e como foi muito utilizada durante o fascismo...) que se fizesse, sim, a democratização dos lucros!

Pergunta — Quinhentos milhões de contos não é pequena coisa. Como pensam realizar soma de tanta moeda?

A. R. — Isso é o mais simples. É óbvio que os não temos. Mas o povo diz: «grão a grão, enche a galinha o papo». Entre os grãos grandes teríamos a democratização dos lucros, já referida; a desexportação de capitais; a participação dos portugueses no País e no estrangeiro. Desculpem-nos: ficamos por aqui: vocês não têm espaço e o segredo é a nossa arma contra possíveis concorrentes. Bem vêem: um projecto, mais página menos página, qualquer um faz; o mesmo não se passa quanto aos meios de o executar. De passagem queremos referir que o nosso foi feito em 24 horas de vigília!

Pergunta — Que cooperação esperam das entidades oficiais?

J. S. — A razoável. Nem sequer desejáramos semelhante às que os monopolistas e latifundiários dispuseram durante o antigo regime... **Pergunta** — Ressaldando qualquer inconveniência ou menor falta de respeito, queria perguntar: ponderando as fontes de formação do vosso capital, não poderia ser o Estado, ele próprio, a promover esse empreendimento?

A. R., J. S. e M. S. — Aahhh! Ora essa! Isso é que os nossos peritos se não tinham lembrado...

"NÓS NÃO SOMOS BANDIDOS NEM ASSASSINOS; SOMOS HOMENS PERSEGUIDOS SEM TERRA NEM PÁTRIA"

— afirmam os guerrilheiros mortos em Munique no seu testamento político (República 12/8/72)

COMANDOS PALESTINIANOS CONTRA ISRAEL

Jacques Mansour Vergès

Como foram planeados e executados os ataques dos comandos palestinos contra os objectivos da El Al em Atenas e Zurique? Quais as razões morais ou políticas desses ataques? E este o tema — actual por quanto tempo ainda? — deste livro do advogado Jacques Mansour Vergès, a quem os tribunais de Atenas e Zurique impediram de assumir a defesa dos comandos.

Colecção OFÍCIO DE VIVER 170 páginas / Ilustrado / 45500

DOSSIER DO CONFLITO ISRAELO-ÁRABE

Colaboração de intelectuais árabes e judeus Com um prefácio de Jean-Paul Sartre (Número especial da revista Les Temps Modernes)

«...desejamos que os nossos leitores achem tempo para meditar estes artigos, e que, esquecendo as suas simpatias e repugnâncias, procurem pacientemente, na sua complexidade e nos seus contraditórios, a verdade» (Jean-Paul Sartre)

«Em França esgotou-se no mesmo dia em que foi posto à venda» (L'Express)

Colecção AS PALAVRAS E AS COISAS 1050 páginas / 146500

A RESISTÊNCIA PALESTINIANA

Gérard Chaliand

Num momento crítico da sua existência, são analisadas por Chaliand as perspectivas da Resistência Palestiniana. Trata-se dum livro importante para que se compreenda as coordenadas em que se move o conflito da Palestina. A obra é enriquecida com entrevistas «ao vivo» com dirigentes (O.L.P., El Fatah, Saika, F.P.L.P., F.D.P.L.P.) e com simples refugiados.

Colecção AS PALAVRAS E AS COISAS 260 páginas / Ilustrado / 65500

Editorial Inova/Porto apartado 466



Três mil pessoas no comício do PCP na Póvoa de Varzim DIZ «NÃO!» À REACÇÃO

Na Praça de Touros da Póvoa, no dia 24, decorreu o primeiro comício do Partido nesta cidade. Uma gigantesca folhe e um mar de cravos vermelhos, dominados pela figura do grande obreiro do socialismo: Vladimir Lenine.

Occuparam a tribuna José Bernardino, membro suplente do CC e da DORN do PCP, José Araújo, da DORN, Joaquim Maia da Comissão Distrital do Porto, outros camaradas operários e da Comissão Concelhia, bem como o dr. Martins da Fonte, representante do PS, e António Estremina da Comissão da Póvoa do MDP.

Joaquim Maia referiu as manobras que precederam a realização do comício, nomeadamente as diligências de gente ligada à Câmara, e ainda por sanear, no sentido de considerar que a praça não tinha condições de segurança — o que aliás propalaram pela cidade.

Martins da Fonte e António Estremina prestaram a sua homenagem à acção do PCP na luta contra o fascismo e as suas intervenções apelaram para a unidade, com os participantes a clamar «UNIDADE!».

A intervenção de Jorge Araújo foi vibrantemente apoiada e pontuada por clamores contra a reacção, pela unidade e, naturalmente, por vivas ao PCP. Foram denunciadas as manobras da reacção, nomeadamente na Póvoa, onde os meios reacçãoários se têm mostrado particularmente activos. O nosso camarada desmistificou ainda a campanha de atoardas, de que certas folhas regionais se têm feito eco, e expôs as linhas programáticas do PCP.

Intervieram, sucessivamente, Pina Moura, da CC da UEC, António Fernando, da secção local do MJT, Hernâni Silva, da Organização do Porto, o operário cordoeiro Mateus Ribeiro, o pescador Isaac Gonçalves, o operário emigrante Amadeu Pinto. As suas intervenções abordaram problemas locais e nacionais, que os participantes seguiram atentamente, envolvendo-as de aplausos e estríbulos, muitos deles improvisados no momento e imediatamente retomados pelos assistentes. Comício muito virado para a luta contra a reacção, recebeu com particular calor a intervenção de Hernâni Silva, que a cer-

ta altura comparou a acção dos pides durante o reinado Salazar-Marcelo e as suas escandalosas reivindicações no motim da Penitenciária. Foi aprovada por aclamação a moção abaixo transcrita, com as massas a gritar em uníssono «Castigo à PIDE».

A terminar, José Bernardino, demonstrou as razões de estarmos confiantes no processo democrático, alertando contra os excessos de optimismo que podem implicar o desarmamento da vigilância das massas, «porque as forças da reacção e do fascismo nem desarmaram nem deixaram de dispor de poderosas armas», nomeadamente através dos potentados do dinheiro. O nosso camarada referiu ainda as dificuldades que herdámos do fascismo e constituem terreno fértil para as tentativas de desacreditar o novo regime e esmular a impaciência do povo tanto tempo oprimido. Referindo-se aos sacrifícios que os trabalhadores terão de suportar, fez eco das vozes que reclamam que não sejam apenas os trabalhadores a pagar o preço da estabilidade. Mas, disse, é significativo que o Governo Provisório tenha confiado na reacção das massas que são as mais interessadas no processo democrático e na sua defesa.

O comício terminou, como começou, com a «Portuguesa» e a «Internacional», saindo os participantes a cantar outras canções revolucionárias.

O Ginásio-Sede do Grupo Desportivo de Sesimbra foi pequeno para conter as duas mil pessoas que, aos gritos de «Abaixo a reacção!», «Unidade, caminho da vitória!», e outros, deram mais uma vez a prova da confiança que depositam no seu partido.

Tomaram a palavra depois da abertura da sessão, por um camarada sesimbrense, os camaradas Abílio Ferreira, Luís Amaro e Henrique Mateus, da Comissão Concelhia de Setúbal, Marina Vicente, professor comunista de Setúbal, Viriato Cruz, da UEC, a camarada Edite Amaro, da Comissão Concelhia de Palmela, e Américo Marques, da Comissão Concelhia de Sesimbra.

A finalizar o camarada Carlos Domingos, da DORS, depois de dar uma visão da linha do partido, da sua história e da sua luta, apelou para a unidade de todos os trabalhadores contra a reacção.

Como já vem sendo hábito, o «Avante, Camarada» pôs o ponto final ao comício!

ASSINA O "AVANTE!"

NOVIDADE
A ORIGEM DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS
pelo Tenente-Coronel
LUIS ATAIDE BANAZOL

PRELO EDITORA — Rua da Misericórdia, 67-2.º — Lisboa Esc. 35300

ATENTADO TERRORISTA

A reacção levanta a cabeça. Lança mão a diferentes pretextos. Encontra-se, conspira. Na freguesia de Lavra (concelho de Matosinhos) passou a utilizar o atentado terrorista. Uma carga explosiva foi colocada no dia 24 no salão paroquial onde decorria uma reunião promovida pela comissão local do MDP para ratificação da comissão administrativa eleita em plenário em Julho e então enviada ao ministro da Administração Interna, mas não empessada.

Dois feridos e estragos materiais; intimidação descarada a todos os habitantes da freguesia com a finalidade de semear o pânico.

A Comissão Concelhia de Matosinhos do PCP distribuiu no dia 25 um comunicado repudiando o acto terrorista que considera inseparável de toda a campanha reacçãoária que vai alastrando pelo País. E acrescenta: «A Comissão Concelhia do PCP afirma que estes actos (como aliás toda a actividade da reacção) só foram possíveis por não terem sido tomadas as medidas de saneamento que se impõem, nem ter sido dada resposta às aspirações das populações quando estas propõem democratas da sua confiança para estarem à frente das instituições locais. Hesitações e demoras como no caso de Lavra neste capítulo só favorecem os desígnios da reacção que, tomando-as como sinal de debilidade do processo de democratização se atreve a levantar cada vez mais ousadamente a cabeça.»

Mais adiante o manifesto indica as medidas que entende necessárias e urgentes perante a gravidade do atentado: 1—Que se abra um rigoroso inquérito tendente a localizar os inspiradores de tal acção; 2—Que os responsáveis e instigadores deste criminoso acto sejam julgados e severamente punidos e provocadores da ordem democrática; 3—Que se avance rapidamente para medidas eficientes de saneamento das autarquias locais, dando posse imediata às comissões administrativas já escolhidas pelo povo.»

Atentados como o de Lavra não podem ser tolerados. Urge dar uma resposta exemplar a quem os perpetrou. E urge que se tomem medidas concretas e energéticas contra as actividades da reacção, a mais das vezes a coberto do anticomunismo e a quem não repugna acções criminosas como esta.

Activa presença popular em sessões no Norte do País

Prossegue, em todo o Norte, a realização de sessões de esclarecimento do Partido Comunista Português, caracterizadas por uma activa presença popular, designadamente operária e camponesa.

Nos debates, de uma forma geral, têm sido abordadas questões como: o que é o comunismo, a posição do Partido face aos católicos e à religião, a percentagem de quadros operários entre os dirigentes do Partido, os motivos da política de alianças, as diferenças fundamentais entre os partidos socialistas e comunistas, o papel da mulher na construção económico-social dos países de regime comunista e qual a posição do Partido perante o poder dos monopólios.

Nessas sessões também têm sido amplamente desmascaradas as deturpações e calúnias dos meios reacçãoários e seus laiaos quanto à vida dos militantes do Partido e ainda quanto às estruturas sociais e políticas dos países socialistas, nomeadamente na URSS. A entusiástica participação nessas sessões, o contributo das mesmas para o reforço da actividade democrática e consciencialização das populações e o número de adesões que delas tem resultado para o Partido, levaram a Comissão Concelhia de Gaia do Partido a elaborar um programa de reuniões em todas as freguesias, que culminará, em data adequada, com um comício em Mafamude. Até esta altura, a Comissão Concelhia já efectuou sessões em Oliveira do Douro, com a participação de 200 pessoas, duas em Mafamude, com a presença de 150 e 500 pessoas, respectivamente, em Canelas, com 70 pessoas, em Serzedo, com 300 pessoas, e em Canidelo, com 250 pessoas, realizando-se outras brevemente.

Efectuaram-se igualmente sessões em S. Mamede, promovidas pela Comissão Concelhia de Matosinhos, com a participação de 300 pessoas; no Grupo dos Modestos, da freguesia de Santo Ildefonso (Porto), em que assistentes intervieram para desmascarar elementos reacçãoários verbalistas pseudo-revolucionários; no Centro de Trabalho do Partido, no Porto, reunião esta destinada aos trabalhadores da Empresa Fabril do Norte (Senhora da Hora), promovida pela respectiva célula partidária, sendo abordadas questões sobre a definição da democracia burguesa, as etapas para atingir a sociedade comunista e os processos de direcção fabril adoptados na URSS; no Gabinete Azevedo, de Campanhã (Porto), promovida pela Comissão Concelhia, que teve a presença de mais de uma centena de operários e em que foram debatidos problemas de ordem local; e nos Ferrovários do Distrito do Porto, sendo expostos o Programa e os objectivos do Partido nas actuais circunstâncias políticas.



Do duro trabalho dos campos vieram ouvir a palavra do PCP

Defender as conquistas democráticas e fazer tudo para construir Portugal livre

—vontade expressa pelo povo de Salvaterra de Magos

Eram mais de 2500 pessoas que se concentraram na praça de touros de Salvaterra, no comício organizado pela comissão concelhia do PCP.

Chamada a mesa da presidência, composta por representantes das organizações locais e regionais do Partido, o camarada Lancelinha, da DOROR, abriu o comício e apresentou os oradores. O camarada Carlos Pinhão, da direcção da Organização Regional do Oeste e Ribatejo, destacou, na sua intervenção, o carácter de classe do PCP, e recordou os seus heróis e mártires. Chamando a atenção para a importância da organização, apelou para que os trabalhadores da região de Salvaterra reforçassem as fileiras do PCP e apontou para as tarefas do momento, designadamente a defesa das conquistas democráticas já alcançadas, contra as ofensivas da reacção. «O objectivo do PCP é o socialismo, uma sociedade onde vigora o princípio «quem não trabalha não come». Mas a grande batalha que neste momento se coloca em Portugal —destacou Carlos Pinhão— é a instauração dum regime democrático.»

Falaram depois o camarada Abalada, da DOROR e Fariñha, da comissão concelhia de Alpiarça. O camarada Abalada falou dos problemas dos assalariados rurais, dos passados dados na sua organização, da criação das comissões pró-sindicato, e desmascarou as manobras da reacção e dos agrários. O desmascaramento das manobras da reacção foi também um dos temas desenvolvidos pelo camarada Fariñha, que levou ao comício uma mensagem da comissão concelhia de Alpiarça. «Camaradas e amigos, nada de desânimos, tenhamos confiança na unidade de todas as forças democráticas com o MFA, tenhamos confiança em nós próprios e caminhemos confiantes na construção da democracia em Portugal», salientou, na sua intervenção.

O camarada Manuel Guedes, que se encontrava ocasião

COMÍCIO DO PCP EM MONTELAVAR (Pêro Pinheiro)

No campo de futebol de Montelavar cerca de 2000 pessoas assistiram no passado dia 24, a um comício ali realizado pela DORL do PCP.

Na mesa, além dos camaradas Carlos Brito, membro efectivo do Comité Central, e Maria Alda Nogueira, suplente do Comité Central, estiveram os camaradas responsáveis pela organização da região, Artur Lino (Sintra), Hipólito dos Santos (Cacém), Manuel Pedro Baiao (polígrafo de mármore da região), A. Gil (Colares), Maria Teixeira (Rio de Mouro), e o camarada Francisco George (medico).

O camarada Manuel Baiao abriu a sessão com uma oração calorosa aos trabalhadores da região de Pêro Pinheiro e Montelavar.

Falaram também os camaradas Hipólito dos Santos, sobre os problemas dos trabalhadores e o 25 de Abril, Francisco George sobre questões de saúde pública, Artur Lino sobre a luta dos trabalhadores da região de Pêro Pinheiro, seu papel no passado e na presente situação, e Carlos Amaro sobre os problemas dos camponeses.

A encerrar o comício, o camarada Carlos Brito, depois de saudar os trabalhadores da região em nome do Comité Central do Partido, falou sobre o actual momento político, a complexa situação que a reacção com as suas manobras pretende agravar, com o fim óbvio de criar um clima de insegurança e intranquilidade.

Sublinhando a necessidade de um saneamento mais profundo, apelou para a vigilância das massas populares, que se deve intensificar em relação a toda e qualquer manobra visível ou suspeita das forças reacçãoárias. A terminar, sublinhou ainda as várias razões que as forças democráticas têm para confiar na sua vitória sobre todas estas manobras e tentativas das forças reacçãoárias, apontando como a melhor forma de triunfar sobre tais manobras e tentativas, o reforço da unidade das forças democráticas, da unidade de classe operária e do movimento sindical e da aliança das massas populares com o Movimento das Forças Armadas.

As intervenções seguiram-se uma parte recreativa, preenchida com a actuação dos nossos camaradas Henriqueta Maia e José Jorge Letria, que a assistência recebeu com grande entusiasmo.

SESSÕES E COMÍCIOS

- Dia 29 — As 21 e 30, em Valbom, na Associação Recreativa Valbomense 1.º de Dezembro.
- As 21 e 30, no Montijo-Bairro das Areias.
- Dia 30 — As 21 e 30, em Mogadouro, no Largo do Convento.
- Em Coimbra, no cinema local.
- As 21 e 30, em Samora Correia, no campo de futebol da Casa do Povo.
- Dia 31 — As 21 e 30, em Bragança, no Ginásio da Escola Industrial.
- Em Darque (Viana do Castelo).
- As 21 e 30, em Aveiro, no ginásio do Liceu, colóquio sobre sindicalismo com Avelino Gonçalves.
- As 21 e 30, no Samouco (Montijo), na Sociedade Samouquense, colóquio sobre «Cinquenta anos de vida da URSS».
- Em Santiago do Cacém, abertura do pavilhão do PCP na feira anual.
- As 21 e 30, em Beja, no Largo das Piscinas, comício com Octávio Pato e Dias Lourenço do CC do PCP e a participação de Luísa Bastos, Carlos Paredes e grupos corais atenejanos.
- As 21 e 30, em Peniche, no Parque do Balararte.
- As 20 horas, em Ponte de Sôr.
- Dia 1 — As 17 h, em Alcácer do Sal, comício do PCP, na Praça de Touros.
- As 21 e 30, em S. Francisco (Alcochete), na Sociedade de S. Francisco.
- Dia 2 — As 21 e 30, em Afonsoeiro (Montijo).

PRIMEIRO COMÍCIO DO PCP NO MONTIJO

Realizou-se, no Montijo, o primeiro comício do PCP. A abriu-o, Mariana Rato, operária de chacinaria, falou para as operárias do Montijo, mostrando com clara evidência que é o Partido Comunista, através da sua prática, o que melhor pode garantir às massas trabalhadoras a defesa dos seus direitos.

Referiu-se ao abaixamento de categorias profissionais na sua actividade e chamou a atenção para a necessidade de denunciar os reacçãoários que dentro das empresas procuram sabotar as comissões directivas e consequentemente, retardar o processo de organização sindical.

Justino Vilaverde, operário corticeiro, dirigiu-se aos seus companheiros, congratulando-se com o êxito alcançado por este primeiro comício do PCP no Montijo. Focando alguns aspectos do fascismo, fez a apologia dos camaradas tão duramente sacrificados às mãos da PIDE e terminou exortando a população montijense a juntar-se ao PCP.

A juventude trabalhadora dirigiu a palavra Aníbal Bártolo Ferreira, do MIT, que apontou a importância dos movimentos dos jovens nos países socialistas e realçou a importante contribuição que a juventude portuguesa pode prestar à tão debilitada economia nacional. Com «Abaixo a reacção» e «Viva a juventude portuguesa», terminou a sua alocução.

Com a saudação à classe trabalhadora e a todas as forças progressistas do Montijo, iniciou o camarada Natalino Varela, da Comissão Concelhia do Montijo, o seu discurso, constantemente interrompido por vivas ao PCP, «Abaixo a reacção» e «Justiça». Do discurso de Natalino Varela poderíamos tirar diversas ilações, mas todas elas nos conduzirão a um ponto comum: a luta das classes trabalhadoras e a necessidade de robustecer cada vez mais o PCP, baluarte das classes menos favorecidas e maiores vítimas da máquina fascista. Apontou para a necessidade de reforçar a aliança de todas as forças progressistas com o MFA, a fim de consolidar as liberdades democráticas, realizar um efectivo saneamento e responder firmemente aos ataques da reacção.

Após ter-se escutado o hino nacional, fez a sua intervenção Joaquim Correia Tapadinhas, em representação do MDP.

Georgette Ferreira e José Vitoriano, camaradas do Comité Central, encerraram o comício.

Georgette Ferreira manifestou a sua alegria por estar presente neste comício e saudou o povo montijense, com relevo para as mulheres operárias, incitando-as a unirem-se na defesa dos seus direitos. Referindo-se a Mariana Rato, disse simbolizar a mulher trabalhadora e a luta por ela travada contra a reacção. A camarada Georgette afirmou ainda que só a firme adesão de todas as correntes democráticas ao MFA poderá consolidar as liberdades alcançadas no 25 de Abril, e que ao

PCP cabe um grande papel na luta contra a exploração, na incondicional defesa das massas operárias e trabalhadoras, por uma vida melhor, um Portugal livre, democrático e independente.

José Vitoriano encerrou o comício. Focando aspectos das lutas dos trabalhadores rurais, defendeu uma reforma agrária, cuja efectivação se torna cada vez mais premente.

Entre outros pontos, José Vitoriano fez a explanação do problema religioso dentro dos princípios comunistas e abordou de forma incisiva e conclusiva a situação económica que o Governo fascista nos legou.

Neste comício estiveram representações do PCP de Alcochete, Sarilhos Pequenos e Sarilhos Grandes—esta acompanhada pela sua banda de música—e do Barreiro, que também se fez acompanhar pela banda daquela vila.

Tudo se conjugou para dar ao comício um ambiente de autêntica fraternidade.

O hino nacional tocado pela banda do Barreiro e entoado por todos os presentes, deu encerrado este comício, autêntica jornada de confirmação para o nosso Partido.

PCP cabe um grande papel na luta contra a exploração, na incondicional defesa das massas operárias e trabalhadoras, por uma vida melhor, um Portugal livre, democrático e independente.

José Vitoriano encerrou o comício. Focando aspectos das lutas dos trabalhadores rurais, defendeu uma reforma agrária, cuja efectivação se torna cada vez mais premente.

Entre outros pontos, José Vitoriano fez a explanação do problema religioso dentro dos princípios comunistas e abordou de forma incisiva e conclusiva a situação económica que o Governo fascista nos legou.

Neste comício estiveram representações do PCP de Alcochete, Sarilhos Pequenos e Sarilhos Grandes—esta acompanhada pela sua banda de música—e do Barreiro, que também se fez acompanhar pela banda daquela vila.

Tudo se conjugou para dar ao comício um ambiente de autêntica fraternidade.

O hino nacional tocado pela banda do Barreiro e entoado por todos os presentes, deu encerrado este comício, autêntica jornada de confirmação para o nosso Partido.

HOMENAGEM AO PADRE ABEL VARZIM

No dia 25 de Agosto o povo de Cristelo evocou a figura do padre Abel Varzim. Estiveram presentes amigos seus, crentes e não crentes. A sua terra natal foi significativamente o último lugar de exílio, para onde o enviaram os que o perseguiram e envenenaram.

Na romagem ao cemitério, a promotora da homenagem, D. Maria Elza Anjo de Faria, descerrou a lápide que deu o nome do padre Abel Varzim à praça principal da aldeia.

Houve em seguida um acto público ao ar livre no qual participaram vários oradores.

Em nome da comissão promotora, falou, em primeiro lugar, o dr. Miranda de Andrade, que se referiu largamente à personalidade daquele sacerdote católico.

Usaram ainda da palavra Maria Manuela Antunes, Cândido Ramires, dr. Jorge Barbosa, o padre Miguel de Lencastre, e, por fim, o nosso camarada Pedro Soares, membro do CC do PCP, que evocou os seus contactos com o padre Abel Varzim.

«O padre Abel Varzim havia seguido um caminho pedregoso também e sabia que esse caminho asper e duro, pejado de dificuldades e de perigos, era o caminho que os comunistas seguiam para concretizar as mais sentidas aspirações dos trabalhadores e do povo português.

«Recordo-me que nesse nosso primeiro encontro pudemos falar do que liga, na existência de cada dia, católicos e comunistas.

«O padre Abel Varzim havia visto e compreendido a força de acção, a sinceridade, o poder renovador e mobilizador dos comunistas, daqueles que aprenderam no sacrifício, no amor ao povo, a abrir caminhos de liberdade e de entendimento entre os homens.

«Nesse primeiro encontro ele não teve receio de dizer-me:

«Eu admiro os comunistas pela sua coragem, pela sua dedicação, pelo altruísmo com que suportam as dificuldades e os perigos, em defesa dos seus ideais. Isso que os senhores fazem devíamos nós fazer, nós, os cristãos, nós, os católicos, que nos movemos também por uma doutrina de amor aos homens e em particular aos oprimidos.»

Ouvio-o pronunciar palavras de tanta serenidade que se serviam de religião como elemento de esolgação de direitos e de retrocesso social, aos que não serviam o catolicismo, mas se utilizavam da crença profunda e sincera dos outros, contrariando os sentimentos de fraternidade, de respeito mútuo, de tolerância, que devem caracterizar a conduta dos que creem na fé de Cristo.

concordância pela linha de acção do Partido Comunista, pela sua orientação política unitária, pelas afirmações repetidas vezes formuladas de tolerância, respeito e cooperação com os católicos.

Sabia que as nossas afirmações não eram gratuitas. Sabia que os comunistas se não limitavam a respeitar a crença dos católicos e de quem quem é responsável pelo desaparecimento de milhares e milhares de pequenas e médias propriedades agrícolas durante o prolongado reino do fascismo em Portugal.

«As forças reacçãoárias tentam apresentar-nos como perseguidores da fé católica, como inimigos da religião cristã.

«As nossas relações com o padre Abel Varzim, com milhares de católicos, na grande batalha que conduzimos conjuntamente contra as injustiças sociais, a guerra, a opressão, a miséria, também não podem dar lugar a dúvidas.»

Afirmou o camarada Pedro Soares, no acto público realizado em Cristelo, terra natal do padre Abel Varzim, no 10.º aniversário da sua morte.

Abel Varzim, com milhares de católicos, na grande batalha que conduzimos conjuntamente contra as injustiças sociais, a guerra, a opressão, a miséria, também não podem dar lugar a dúvidas.

O PCP e o respeito pela prática do culto

«O Partido Comunista tem afirmado e reafirmado os seus princípios de respeito pela liberdade de crença e da prática de culto e o propósito de fazer tudo quanto estiver ao seu alcance para que tais princípios sejam uma realidade no Portugal democrático de amanhã — escreve-se num documento editado em 1946 intitulado «O Partido Comunista, os Católicos e a Igreja».

E a finalizar o camarada Pedro Soares disse:

«Estamos hoje aqui reunidos para prestar homenagem ao padre Abel Varzim.

«Evocamo-lo em comunhão de pensamento, lado a lado, os que creem em Deus e os que não são crentes, os seus amigos, os seus continuadores, o povo de Cristelo e de outras freguesias.

As calúnias das forças reacçãoárias contra os comunistas

«Dessa tomada de consciência nasceu a colaboração com o Partido Comunista, nasceram os contactos que mantivemos por longo tempo.

«Nós, comunistas, temos sido vítimas das mais indignas calúnias. Compreende-se porquê.

Porque nós erguemos a bandeira dos oprimidos, dos trabalhadores, dos camponeses; porque nós protestamos contra as injustiças de que são vítimas as massas populares e pagamos um duro tributo aos poderosos da terra que nos moveram e movem perseguições não menos violentas e não menos requintadas do que aquelas de que foram vítimas os cristãos no tempo dos tiranos que dominaram a velha Roma.

«Essas calúnias vão desde a acusação de que pretendemos roubar os filhos aos pais, a outras não menos graves, de que queremos tirar as terras, as casas, os bens dos pequenos e médios agricultores, dos pequenos e médios camponeses, queimar as igrejas... E depois de rebaixar estas calúnias o camarada Pedro Soares afirmou:

«Basta olhar à nossa volta para

SESSÃO DE ESCLARECIMENTO EM TERCENA (Barcarena)

No dia 26 de Agosto, perante uma assistência de algumas centenas de pessoas, o camarada Francisco Miguel falou sobre o Partido, o comunismo e a liberdade, na Sociedade Recreativa Musical de Tercena.

Respondendo a algumas perguntas da assistência sobre problemas relacionados com a actual situação política, o camarada Francisco Miguel esclareceu algumas dúvidas postas.

Esta sessão de esclarecimento terminou com vivas ao PCP e «slogans» como «A vitória é difícil mas é nossa», «Unidade» e outros.



O PCP NA FEIRA ANUAL DE GRÂNDOLA

O nosso Partido esteve representado na feira anual de Grândola com um pavilhão, que foi inaugurado no passado domingo. No pavilhão, além da exposição e venda de material de propaganda do Partido e de bibliografia marxista, é de salientar uma interessante exposição de fotografias e documentos sobre a vida e desenvolvimento económico e social nos países socialistas. É de salientar também a valiosa e bem documentada exposição sobre a vida e obra de Lenine. O pavilhão foi visitado por centenas de pessoas com a vida do nosso Partido, mostrando também particular interesse em colher a maior informação possível sobre a vida nos países socialistas.

Novos livros Estampa

OBRAS ESCOLHIDAS DE GRAMSCI

2 VOLUMES

Colecção Teoria n.º 21 e 22

Preço 100\$00

DA DIETÉTICA A GASTRONOMIA

Robert Pierre Jolibois

Colecção Técnicas de Educação n.º 8

Preço 60\$00

O PENSAMENTO ECONÓMICO DA BURGUESIA NO SÉCULO XX

Biblioteca Básica de Cultura n.º 19

Preço 30\$00

AFORISMO

Lichtemberg

Colecção Livro B n.º 22

Preço 30\$00

A COOPERAÇÃO AJUDA AO NEO-COLONIALISMO

Yves Fuchs

Colecção Praxis n.º 24

Preço 60\$00

EDITORIAL ESTAMPA

Rua da Escola do Exército, 9, r/c, dto.

Telefone 555663

OS BALDIOS DEVEM SER RESTITUÍDOS AO POVO

Se a década de 30 representou o período de fascização dos sindicatos, de tentativas de acorrentar, pela repressão, movimento operário e de dissolução das suas organizações de resistência, a década de 40 salientou-se pela destruição dos esquemas de defesa dos pequenos e médios camponeses, pela liquidação das reservas de subsistência da população dos campos.

Neste último domínio, o fascismo actuou, fundamentalmente, em dois planos: o encerramento compulsivo de cooperativas de produção agrícola criadas durante a República e a usurpação dos baldios pelos Serviços Florestais.

Estes baldios de que o povo foi espoliado, constituíram e constituem o objectivo de uma movimentação que, actualmente, se espalha por quase todo o País.

Os baldios, que englobam milhares e milhares de hectares, eram, há longos anos, propriedade colectiva das populações que os aproveitavam, economicamente, através da pastoreira e da panha da lenha. Constituíam, pois, uma riqueza fundamental numa economia atrasada, pré-capitalista. O posterior desenvolvimento capitalista nos campos, provocando a superpopulação relativa e a ruína dos pequenos agricultores, conduzindo a uma real pauperização da população nos campos, tornou ainda mais dramáticas as consequências da expropriação dos baldios. A promulgação da lei n.º 1971 de 15/6/38 legalizou a usurpação. Só a norte do Mondego foram ocupados 200 000 hectares de baldios. O distrito de Vila Real, que conta com 25 por cento de baldios na sua área total, é um dos muitos exemplos que poderíamos enumerar e que revelam os efeitos desta espoliação na economia regional. Assim, foram ocupados baldios, compreendendo a maioria das áreas como 56, 67 e 51 por cento respectivamente nos concelhos de Montalegre, Ribeira de Pena, Vila Pouca de Aguiar.

Povo do Préstimo e de Talhadas, motor da luta pelos baldios

Mas a espoliação dos baldios não foi feita unicamente pelos Serviços Florestais. A coberto de protecções, de intimidações, de fraudes, de compras fictícias muitos grandes lavradores, ocuparam enormes extensões de terras. Tratou-se de um processo de concentração da propriedade que o fascismo legalizou e que representa mais um flagelo para as populações rurais.

As freguesias ficaram limitadas na sua área de expansão. Os velhos ocupavam pequenas parcelas de baldios onde engrandeciam a sua casa, o seu quintal. Esta forma de aquisição é a única consentida pelas populações: a divisão em glebas iguais por cada um dos fogos residentes na mesma freguesia.

Porém, com a impossibilidade de continuar esta ocupação, com o desaparecimento forçado dos rebanhos, com a proibição da apanha da lenha, os povos atingidos encontraram na emigração a única saída para uma vida abaixo do nível da miséria.

Os que ficaram, não desarmaram na luta, reivindicando os seus direitos. Os Serviços Florestais plantaram pinhal, cujo rendimento entrava integralmente nos cofres do Estado. Porém, a movimentação das populações levou a que, em 1962, a Secretaria do Estado da Agricultura autorizasse que 10 por cento do valor das árvores vendidas fosse entregue às autarquias quando estas o reclamassem. Como esta determinação permanecia no esquecimento dos deuses, em poucos casos se verificou o seu cumprimento.

As populações do Préstimo e de Talhadas do Vouga cabe o mérito da sua coragem. Nas duríssimas condições do fascismo, a gente destas freguesias não abrandou na reivindicação pelos seus baldios. Como resultado, a Secretaria do Estado da Agricultura, em 1972, aumentou para 25 por cento o montante a ser entregue às autarquias. Se pretendia calar os protestos, deter a luta, viu gorados os seus intentos. Esta vitória constituiu um estímulo para os povos expropriados dos baldios.

Os baldios pertencem ao povo

Porém, não são soluções deste tipo que o povo pretende. A justiça só pode ser feita se, para já, as populações for restituído o baldio, legalizando a posse de pequenas parcelas por parte das famílias pobres e remediadas de trabalhadores rurais e de peque-

CAMPAÑA DE FUNDOS

Ao Centro de Trabalho de Lisboa também têm afluido muitas contribuições de amigos do Partido.

Razões de falta de espaço levam-nos a protelar mais uma vez a publicação em pormenor dessas contribuições.

Todavia, porque para o nosso Partido, dentro da sua orientação de sempre, prestar contas dos fundos recebidos é um dever inalterável, lembramos que as folhas diárias das receitas, nas quais constam com minúcia todas as verbas recebidas no CT, estão para consulta à disposição dos interessados, podendo confirmar a recepção das quantias que entregaram.

Isto enquanto não é possível publicar as contribuições uma a uma.

Por ora, limitamo-nos a avançar alguns elementos estatísticos: em Maio recebemos 211 706\$00 com 535 rubricas. Estas em Junho totalizaram 950 no montante de 105 893\$00. Em Julho o valor mensal foi de 52 884\$90 em 575 rubricas.

Estes os totais mensais das pequenas e grandes contribuições, que vão de \$50 a 10 000\$00, numa eloquente demonstração da diversidade dos meios dos quais provêm os fundos com que o PCP faz face às suas sempre crescentes necessidades financeiras.

6. Os Serviços Florestais devem ser reorganizados, com saneamento dos seus quadros, de modo que passem a ter apenas funções técnicas. Deverão ter a seu cargo a investigação florestal, o estudo e planificação da prevenção contra fogos, manutenção de viveiros e campos de recolha de semente, estudo das medidas a tomar para a conservação da flora e da fauna naturais, e, de um modo geral, para a conservação de equilíbrio ecológico e das paisagens naturais.

7. Deve ser criado um serviço nacional unificado de combate contra fogos com base nos corpos de bombeiros voluntários, nos cidadãos a prestar serviço militar obrigatório e ainda nas populações das áreas florestais.

8. Conversão do actual corpo de guardas-florestais num corpo de guardas de montanha, rios e incultos para protecção da caça, da pesca, das floresta e de todas as espécies de fauna e flora protegidas por lei, quer relativamente aos terrenos, devendo ainda a ele competir o serviço de detecção e alerta contra fogos em todos os terrenos florestais, quer colectivos quer particulares.

A esperança renasce nas popu-

lações que o fascismo flagelou política e economicamente. Pronto a contribuir para o desenvolvimento económico do País, firmes na defesa dos seus interesses, confiantes na justiça por quem esperam e lutaram, as populações organizam-se cada vez mais nas zonas onde se verificou espoliação de baldios.

Este movimento crescente constitui a melhor prova da capacidade de organização das massas camponesas, da solidariedade dos seus interesses, da vontade de construir um País novo de prosperidade e paz.

O «AVANTE!» COM AS TRABALHADORAS AGRÍCOLAS DA AZAMBUJA

Segunda-feira, dia 26, cerca de 600 trabalhadoras agrícolas da Azambuja (na sua esmagadora maioria mulheres), repartidos por vários ranchos



O abastecimento de águas potável é feito desta forma

NA LUSO-ALEMÃ EM LUTA CONTRA OS DESPEDIMENTOS

Em pleno descampado, envolto em intensa névoa de poeira, a escassas centenas de metros da fábrica de papel da Abelhoira, no Tojal, fica a Sociedade de Construções Pré-Fabricadas Luso-Alemã, Lda., firma em que participa ainda a Sociedade Construtora Luso-Suica, SARL.

Chegámos e fomos falar com um dos elementos da Comissão de Trabalhadores, que nos deu algumas informações sobre as condições de trabalho.

Trabalham nesta empresa cerca de 170 trabalhadores, 30 dos quais são cabo-verdianos.

Os trabalhadores cabo-verdianos são alojados em barracas de madeira, de 5 x 3 m, cobertas de chapa de zinco. Dentro de cada uma delas vivem 5 homens. Ao princípio, como não havia camas para todos, muitos dormiam no chão.

Um trabalhador cabo-verdiano foi despedido por lhe ter dado um ataque quando trabalhava.

A direcção obriga certos trabalhadores a trabalharem por turnos sem lhes pagar o subsídio de turno nem a hora do almoço, como determina o contrato colectivo. Os trabalhadores que recusam são ameaçados com o despedimento ou com castigos.

Não existe água potável dentro da fábrica. Esta é trazida dentro de bilhas destapadas que quando chegam à fábrica trazem uma camada de poeira à superfície da água.

Dentro da fábrica no Inverno chove por todo o lado, porque a fábrica é descoberta nos dois lados.

Os trabalhadores que trabalham em cima dos moldes de construção das secções de pré-fabricado estão sujeitos o dia inteiro às vibrações do vibrador de cimento.

Vimos nas paredes alguns cartazes com conselhos sobre as doenças de trabalho. Perguntámos se existia um posto médico: «Qual posto médico! Há uma caixa de medicamentos que em geral não tem quase nada dentro, e quem faz os pensos é o apontador. Dantes vinha cá um médico às quartas-feiras fazer inspecções; agora lá cá não vem há dois meses.»

Quisemos saber como tinha



que andam na apanha do tomate, declararam greve geral. Objectivo visado com o recurso a esta medida extrema: pressionar os patrões e obrigá-los, finalmente, a iniciarem negociações em torno de um caderno reivindicativo que está elaborado há dois meses.

Primeiros resultados alcançados: aumento geral de 10\$00 diários e início das negociações.

O «Avante!» foi à Azambuja na terça-feira. Falou com as trabalhadoras dos vários ranchos: Bafoa, Assento, Vila Verde, etc. Ouviu as suas justas razões. Registou os seus protestos as suas reivindicações.

Como e porque foi decretada a greve

A paciência tem um limite. E foi a esse limite que chegou a paciência das trabalhadoras agrícolas da Azambuja, que andam na apanha do tomate e, no decorrer dos dias, das semanas, tem visto goradas as tentativas para conseguirem que os patrões se dispusessem, tem visto goradas na base do caderno reivindicativo que está elaborado e aprovado desde 25 de Junho.

Atitudes estranhas aos interesses dos trabalhadores por parte de alguns elementos da Comissão Pró-Sindicato (uma Comissão que nasceu torta), e, na raiz das quais, esteve a entrega tardia do caderno reivindicativo (somente nos primeiros dias deste mês e quando a colheita do tomate está quase a terminar); a recusa dos patrões em tratar directamente com os trabalhadores e a sua comissão os problemas em causa, ditaram a decisão que estes tomaram: entrar em greve.

Uma reunião convocada para domingo, 25, pelos lavradores, no Grémio da Lavoura, foi a gota de água que esgotou a paciência às trabalhadoras.

No domingo passado, convocaram-nos para uma reunião, no Grémio, com os lavradores, para discutirmos o caderno reivindicativo, disseram eles. Fomos, convencidos de que, finalmente, íamos ter a possibilidade de discutir com os patrões as nossas reivindicações. Tanto mais, que andávamos a uma data de tempo a reclamar uma reunião com eles, na Casa do Povo. O caderno reivindicativo estava há 3 semanas no Grémio. Era só adiar, adiar... Mas qual não foi o nosso espanto quando os patrões se reuniram sozinho e não nos deixaram entrar. Nem sequer a Comissão. Ficámos na escada, sentadas no chão. Lá dentro, uns com os outros, eles patrões e o presidente do Grémio discutiram o que muito bem entenderam.

Isto, disse-nos Maria Teresa Coras, que, juntamente com mais duas camaradas são os membros mais activos da Comissão Pró-Sindicato, gozando do pleno apoio e confiança dos trabalhadores e trabalhadoras da Azambuja.

Terminaram a reunião mas não resolveram nada! — acrescenta Luísa Pereira, outro dos membros da Comissão.

Disseram-nos que na terça-feira iam fazer nova reunião depois outra, talvez no sábado e que logo se iria ver.

Nesta situação não podíamos esperar mais. Reunimo-nos na Casa do Povo e decidimos parar o trabalho. Segunda-feira não furámos.

Uma greve de aviso

Terça-feira quando chegámos aos campos da Azambuja, as trabalhadoras já haviam recomçado a trabalhar. Primeiro na Bafoa, depois nas outras herdades. Das conversas que com elas tivemos ficámos a saber a razão: a concessão, para já, de um aumento de 10\$00 diários, anunciado pelos encarregados ainda na segunda-feira à tarde.

Retomar o trabalho, não significa parar a luta, pois ela só agora começou — explicam-nos as trabalhadoras. — A nossa greve, foi uma greve de aviso. Uma greve para pressionar os patrões e para lhes

mostrar também que, todas unidas somos uma grande força.

Agora, vamos continuar. Temos o nosso caderno reivindicativo. Todas as reivindicações continuam de pé. Até os salários, apesar do aumento. Reivindicamos 15\$000 para os homens e para as mulheres, 44 horas semanais, reforma aos 60 anos, feriados pagos, subsídio de doença, etc. e muitas outras coisas. Mas agora são os salários que de sejassem ver aumentados e a semana de trabalho reduzida. Pensamos que isto pode ser desde já atendido.

Noutros sítios, foram assinadas convenções de trabalho. Em Beja, por exemplo. Nós queremos a mesma situação.

—Hoje mesmo, vamos ao Ministério do Trabalho. Estamos certas de que ali nos ajudarão. Sabemos que agora o nosso trabalho é necessário ao País. Mas, sabemos também que a nossa situação pode ser melhorada. Os salários são o mais urgente. Temos outros problemas claro. Muitos, mesmo...

Deixámos a Azambuja, era uma hora da tarde. A hora em que o calor mais apertava. As trabalhadoras haviam-se juntado à sombra, às miseráveis barracas para almoçar. Deprêdas de apanharem o tomate e carregaram com as pesadas caixas. Vergadas sob o peso de uma situação que é a situação difícil de todos os trabalhadores rurais do nosso País. Mas, também, extremamente confiantes em que os seus problemas começarão finalmente a ser resolvidos e de que os primeiros passos estão já a ser dados com a sua consciência e activa participação, com

a sua unidade que se fortalece.

Ao fim da tarde de terça-feira soubemos ainda que uma comissão estivera no Ministério do Trabalho e que graças à pronta intervenção deste, os patrões iam entabular negociações com base no caderno reivindicativo. Uma primeira batalha estava, pois, assim, ganha.

De destacar é ainda a solidariedade e o apoio que teve logo desde o início esta luta dos assalariados agrícolas da Azambuja. Numerosos telegramas de trabalhadores das diversas empresas da região e de Vila Franca foram enviados à Comissão Pró-Sindicato para a Casa do Povo, expressando solidariedade com os trabalhadores em luta. E no próprio dia 27, o Comité Regional do Baixo Ribatejo do PCP divulgou na região um documento, de que destacamos:

«As manobras dos grandes agrários e da reacção, que têm tentado fugir às suas responsabilidades muito especialmente quando toca a reduzir os seus volumosos lucros em benefício dos trabalhadores, devemos responder com determinação e confiança.»

«Para fazer recuar mais uma vez a reacção e conduzir vitoriosamente esta luta, os trabalhadores terão de se organizar. Unidos e organizados os trabalhadores agrícolas dos campos de Azambuja criarão condições para novas vitórias que no futuro lhe garantirão uma vida melhor.»

«Aos trabalhadores em luta, o Comité Regional do Baixo Ribatejo do Partido Comunista Português, garante o seu firme apoio e total solidariedade.»

A luta dos trabalhadores revelou as graves condições da estrutura dos matadouros

A luta pelas melhores condições de vida nos matadouros, revelou a Comissão de Inquérito, nomeada pelo Ministério do Trabalho, as graves condições do Matadouro Municipal de Lisboa e a forma deficiente como era feito no nosso país o abate da carne. Os matadouros e casas de matança que o fascismo nos legou são impróprios, caros, em condições desumanas para os trabalhadores e muitos deles devem ser simplesmente encerrados, tais os riscos que corre a saúde pública com a sua utilização.

Nos primeiros anos da década de 80, o governo fascista de Salazar encarregou um grupo de consultores alemães de um largo estudo, o Plano Ritter, que custou ao erário público muitos milhares de contos. Foi, na altura, considerado utópico, porque pressupunha uma profunda reestruturação do comércio da carne, incluindo a distribuição e vultoso investimento em construções e equipamento. Nesse estudo, nunca divulgado ao público, os técnicos alemães consideravam a necessidade de supressão do Matadouro Municipal de Lisboa por a sua exploração ser antieconómica, aconselhando a sua transformação num depósito de legumes frescos e ainda a supressão de 200 matadouros municipais e casas de matança dadas as suas condições de insalubridade.

O governo fascista fez as orelhas moucas ao plano que ele próprio encomendara porque os 27 matadouros industriais previstos contrariavam o interesse dos grandes latifundiários a quem a situação caótica e ao sabor dos ventos feudais regionalistas beneficiava.

Os matadouros municipais e as casas de matança mantiveram-se durante estes anos em gravíssimas condições de higiene e sanidade, com profundos prejuízos económicos, criando-se apenas alguns matadouros de acordo com os interesses de determinadas regiões.

Matadouro de Lisboa antieconómico

O Matadouro Municipal de Lisboa, que o «Avante!» visitou, com outros jornais, acompanhando a Comissão de Inquérito exigida pelos trabalhadores, esclareceu-nos a opinião de Ritter, quando, no seu estudo, considerava o Matadouro Municipal de Lisboa mais próprio para depósito para legumes frescos do que para Matadouro.

Os trabalhadores especializados dos diversos sectores vivem as gravíssimas condições de trabalho do Matadouro, desde a forma como os animais são transportados para o abate até ao trabalho continuado nas câmaras frigoríficas.

Em todas as secções, como a de inquérito, encontramos erros graves, quer no planeamento do Matadouro, quer na forma como foram resolvidos os problemas técnicos, com novas soluções que os foram agravando nos últimos anos como a cadeia em que os bovinos são desmanchados que é mais lenta, cansativa para o cortador e antieconómica do que a solução anterior.

A actual administração do Matadouro Municipal parece apostada em melhorar, no possível, as condições de trabalho e apelar para a for-

SABOTAGEM ECONÓMICA NAS SALINAS

De Pontes (Setúbal), informam correspondentes do «Avante!» que no lugar da Baía os trabalhadores vêm verificando que os proprietários das salinas não recolhem a totalidade do sal existente nas salinas, «marinhas». Durante os três meses que dura a recolha do sal, que só as chuvas de Outubro fazem terminar, obtém-se normalmente três colheitas de sal. Este ano verifica-se que só uma colheita será feita, visto que os proprietários procedem ao alagamento das salinas, impedindo assim que a totalidade do sal seja colhida.

Há casos em que os trabalhadores ouviram da boca dos próprios encarregados que os patrões deram ordens para abrir a água logo que o sal comece a aparecer. Há marinhas em que, por ordem dos encarregados gerais, a água entrou nas salinas, avaliando-se em cerca de 100 moios a quantidade de sal destruído. Outras marinhas há em que à medida que o sal aparece é metida água das marés, a temperatura inferior, na salina.

A intenção é clara, destaca o correspondente do «Avante!»: os patrões pretendem estrangular a luta dos trabalhadores e criar-lhes dificuldades, não lhes dando trabalho durante a época das colheitas. Todos os trabalhadores que se apresentem a pedir trabalho são também recusados. Os prejuízos que esta acção sabotadora causa à economia nacional são mais do que evidentes.

PROBLEMAS DOS TRABALHADORES DOS CAMPOS DISCUTIDOS EM ELVAS

No Centro de Trabalho do PCP, em Elvas, realizou-se, no dia 22 do corrente, uma reunião de cerca de duas centenas de trabalhadores agrícolas, onde se discutiram, depois de uma sessão de esclarecimento, problemas relacionados com o Sindicato dos Operários Agrícolas.

Entretanto pensam os operários levar a efeito, brevemente na Casa do Povo local, uma reunião ampla com a Comissão Sindical a fim de serem esclarecidos sobre a actividade da mesma quanto ao Contrato Colectivo e à integração da referida Comissão no movimento sindical do distrito, já que até ao momento pouco ou nada sabem de concreto sobre os assuntos referidos, o que os preocupa seriamente.

Plenário da Intersindical preconiza o combate à reacção

Não somente aspectos directamente ligados aos problemas de trabalho foram objecto de importantes decisões no Plenário da Intersindical Nacional, realizado nos dias 24 e 25 do corrente mês. Dezenas de sindicatos (entre os quais pela primeira vez uma organização dos trabalhadores rurais, o Sindicato dos Operários do distrito de Santarém) analisaram a situação política e económica nacional, a propósito da qual foram aprovadas moções de particular relevância.

Desarmar a reacção

Está neste caso uma moção apresentada pelo Sindicato dos Técnicos de Desenhado, em que as investidas da reacção em todos os domínios são denunciadas, preconizando-se medidas concretas de lutas por sobre. A moção, aprovada pelos participantes, é o seguinte o seu teor:

1. Denunciar veementemente o grande capital reacçãoário, com todas as suas alianças com o capital estrangeiro, como responsáveis por todos os actos de sabotagem económica e política actualmente em curso.

2. Denunciar como fascistas e traidores à causa democrática do povo português, todos os convites e colações, ocupando ainda funções públicas, de liberdades ocultas e participam nas manobras da reacção.

3. Exigir ao Governo Provisório e ao Movimento das Forças Armadas que, para salvaguarda da aliança do Movimento Popular com o MFA, único garante de uma verdadeira democratização do País:

a) Sejam reprimidas, rápida e eficientemente, todas as acções reacçãoárias de sabotagem económico-política, perpetradas pelo capital.

b) Sejam localizados, presos e exemplarmente castigados todos os executores e respectivos mentores que, criminosamente, vêm atendo contra a tranquilidade e ordem democráticas, em nítidas manobras de provocação e instigação à desordem.

c) Sejam definitivamente saneados todos os indivíduos que, ocupando cargos públicos, traem os objectivos de democratização contidos no programa do MFA colaborando activamente com a reacção.

Reafirmando o seu apoio ao MFA e aos objectivos eminentemente nacionais contidos no seu programa para a democratização do País, considera o plenário que só através das medidas preconizadas poderão os trabalhadores prosseguir, confiantes e determinados, no esforço de reconstrução nacional.

— Considerando que só pode ser exigível à classe trabalhadora que se sacrifique, adiando uma radical melhoria das suas condições de vida, se aos detentores do capital foi exigido que se integrem, sem desvios, na nova ordem política social.

— Considerando que, ultimamente, os actos conspirativos e provocatórios do capital reacçãoário atingem níveis absolutamente escandalosos de impunidade e, nalguns casos mesmo, descarada conivência de órgãos e individualidades públicas.

— Considerando, finalmente, que tais manobras da evidente traição ao espírito democrático do 25 de Abril chegam já à agressão física, perpetrada por mercenários às ordens do capital reacçãoário, inclusive com a colocação de bombas em recintos onde decorrem reuniões democráticas de trabalhadores.

Os sindicatos presentes deliberam:

Não aos despedimentos

Com o mesmo carácter foi aprovada outra moção em que se analisava o significado do motim dos pides, cuja perfeita liberdade de acção dentro da Penitenciária de Lisboa nos deixou chocados, dado que as mais elementares regras de bom senso operariam no sentido de coarctar essa liberdade, uma vez que já não restam dúvidas a ninguém de que se trate de criminosos irreversíveis, e a atitude de algumas forças da PSP na referência aos acontecimentos, referindo-se ainda actos reacçãoários ocorridos nos últimos tempos.

Deste documento, a apresentar ao Governo Provisório, constam as exigências seguintes:

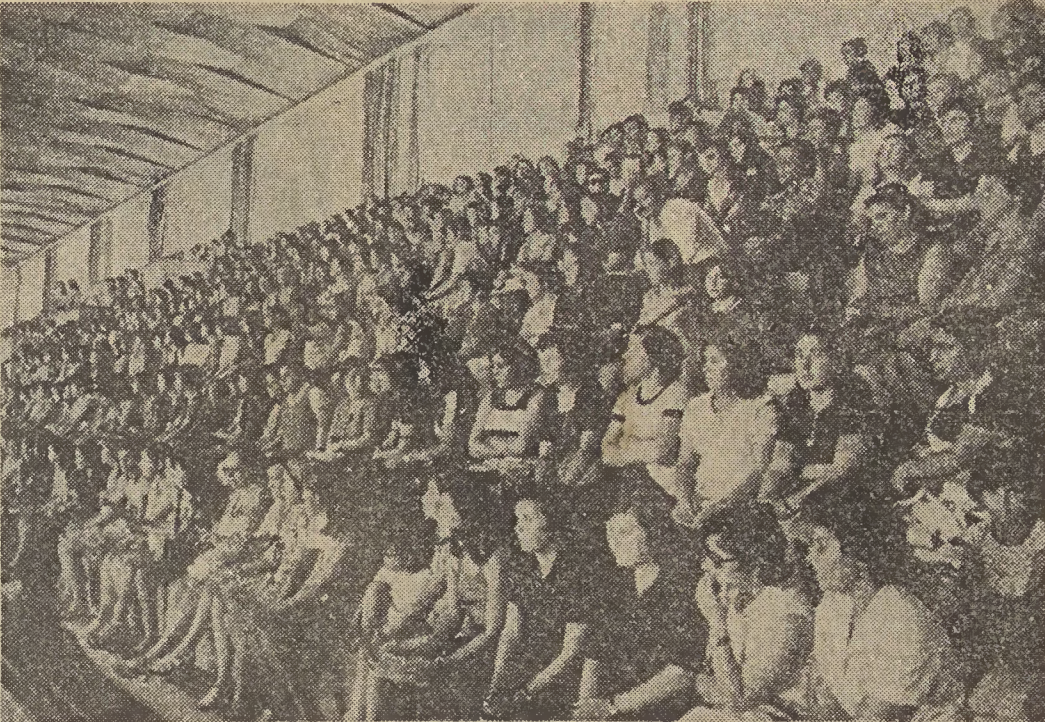
a) Saneamento das forças da PSP, da GNR, de modo a que delas saiam todos os elementos marcados pela instrução e ideologia fascistas;

CENTRO DE CINEMA DO PCP

Está em desenvolvimento o Centro de Cinema do Partido Comunista Português. São amplas as perspectivas deste Centro que, através das técnicas e dos meios audiovisuais (filme, emissão televisiva, "cassettes", disco, vídeo, diapositivo, etc), tem como objectivo fundamental uma sempre mais perfeita e actualizada consciência política e aperfeiçoamento cultural dos trabalhadores portugueses.

Neste sentido urge fortalecer os laços de comunicação entre os camaradas dos sectores do cinema, da televisão, dos cineclubes e da crítica, com vista à constituição de um aparelho de técnicas audiovisuais no Centro de Cinema do PCP. O Centro além de difundir filmes pensa mesmo produzi-los. No artigo "Que cinema após o 25 de Abril?", publicado no "Avante!" de 2 de Agosto, afirma-se: "Deve-se redobrar a nossa vigilância e cerrar-se a nossa luta para defender o nosso cinema contra todos os resíduos de mentalidade fascista, contra os perigos da decadência ideológica." Portanto, ao trabalho, camaradas!

Neste momento, a actividade motora do Centro de Cinema do PCP é a difusão de filmes dos países socialistas: assim, filmes como "Bom Dia, Bulgária", "O Trabalho numa Fundação Soviética", "Esculturas sobre Lenine", "A Segurança Social na URSS", "O Cinquentenário da Fundação da União Soviética", "A Vida na República Democrática Alemã", "A Professora Varvarova", "Os Camaradas Ferroviários", "Biografia de Lenine", "Os Guerreiros de Kou-Tchi", "Karl Marx", "O Décimo Festival da Juventude e dos Estudantes em Berlim", "O Metropolitano de Moscovo" e "Vinte e Sete Minutos na União Soviética" podem desde já ser requisitados no Centro de Cinema do Partido Comunista Português, criado no âmbito da Secção de Informação e



UNIDADE DOS TRABALHADORES —CAMINHO PARA A VITÓRIA

Após ter apresentado uma proposta ao Ministério do Trabalho com o despedimento colectivo de 1000 empregados, a administração da firma Signetics foi obrigada a recuar diante da unidade dos trabalhadores e do seu sindicato.

Convocada pela comissão dos trabalhadores e sindicato, realizou-se no dia 23 uma reunião geral dos trabalhadores no Clube Naval em Setúbal, para ratificação do acordo feito entre a Comissão de Unidade e o Sindicato com o apoio do Ministério do Trabalho e a administração da empresa por outro lado.

A empresa aceita conservar a totalidade do pessoal num regime de trabalho de 50 por cento sobre a base de 44 horas por semana, recebendo os trabalhadores 60 por cento do salário normal. O Ministério do Trabalho com-

prometeu-se a completar o salário dos trabalhadores da Signetics de forma a igualá-lo com o salário mínimo nacional.

Este acordo tem validade até 30 de Dezembro, data em que a situação da empresa será revista.

No mês de Dezembro a fábrica estará fechada durante uma semana para reorganização, sendo os trabalhadores pagos a 100 por cento da retribuição básica.

Apesar dos apelos "inflamatórios" de alguns esquerdistas para que os trabalhadores se batam por "tudo ou nada", a grande maioria dos operários deu provas de grande maturidade sabendo analisar a situação e a relação de forças, acabando por impor um acordo que obrigava a direcção a um considerável recuo.

Foi ainda conseguido o compromisso da parte da administração

O PCP NOS AÇORES E NA MADEIRA

Para o próximo dia 1 de Setembro estão previstas as inaugurações de mais dois Centros de Trabalho do PCP: no Funchal, localizada na Rua da Carreira 139, na zona central da cidade, e em Angra do Heroísmo, na Terceira, Açores.

As respectivas Comissões Concelhias do Partido têm desenvolvido uma intensa actividade de esclarecimento e de organização, e já participaram, fazendo intervenções e com bandeiras do nosso Partido, em comícios populares.

No comício de Angra do Heroísmo de apoio popular ao Movimento das Forças Armadas e de rejeição pela descolonização, de que o nosso jornal já deu uma informação, a presença do PCP foi muito aplaudida. Outro tanto aconteceu no Funchal, em manifestação semelhante. Mas aqui a reacção pretendeu perturbar a manifestação, o que mostra as dificuldades que os nossos camaradas têm de enfrentar para levar o 25 de Abril até zonas dominadas ainda por elementos reacçãoários e provocadores. A assinalar ainda várias sessões de esclarecimento promovidas pela Comissão Concelhia do Funchal que têm tido numerosa participação, em especial de trabalhadores. Também em Ponta Delgada, São Miguel, Açores, o nosso Partido já tem uma organização a trabalhar.

A nomeação para os distritos dos Açores e da Madeira de novos governadores civis, de cuja acção se esperam resultados positivos no saneamento das autarquias locais e na dinamização da participação popular, abre perspectivas favoráveis ao processo de democratização.

As Comissões Concelhias do nosso Partido, a todos os comunistas da Madeira e do Funchal cabem, com a colaboração de todos os democratas e pessoas progressistas, especiais responsabilidades na mobilização do povo de forma que a democracia e a liberdade, que foram conquistadas, sejam efectivamente usufruídas. A unidade entre todos aqueles que contribuíram para a queda do fascismo e apoiam o novo rumo político em Portugal, deve ser defendida pois ela é a garantia da vitória. Podemos afirmar que todos os comunistas dos Açores e da Madeira, darão o máximo esforço, com firmeza e com realismo, para que estes objectivos sejam alcançados.

SOLIDARIEDADE COM OS TRABALHADORES DA FIRMA SANTOS & ASSUNÇÃO

do Sindicato, travámos o seguinte diálogo com os trabalhadores:

P. — *Presentemente, qual é, portanto, a vossa situação, a situação da empresa?*

— Pois eu digo que estamos numa situação muito má porque o nosso patrão não nos paga — disse-nos a Irene Morais. — A gente queria três contos e trezentos, ao menos, enquanto ele não pudesse dar o que diz o Contrato Colectivo de Trabalho.

Ele prometeu que dava mas faltou à palavra e não deu. Nós deixámos de trabalhar paralisámos a fábrica e estamos aqui à espera dele.

P. — *E portanto a responsabilidade de toda esta situação...*

— A responsabilidade disto tudo cabe a ele. Ele é que fez a greve, não fomos nós! Porque ele abandonou e deixou-nos aqui ficar sem nunca mais cá aparecer. Portanto, a greve foi feita pelo patrão e não pelo pessoal.

P. — *Esta situação cria-vos problemas. A nível familiar...*

— Pois cria-nos muitos... Cria-nos problemas em casa com os maridos, problemas com os filhos, porque uns são pequenos e outros já maiores viram-se senhores de si, saem da casa e nós não sabemos as horas a que eles entram. Os maridos não estão pelos ajustes de tomar conta dos bebés, nem a dar biberões, nem a mudar as fraldas. Cria-nos mesmo muitos problemas.

P. — *Aqui quase todas as mulheres são casadas.*

— Tudo ou quase tudo. Há aqui também miúdas, pequenas novas, com os maridos na tropa — quase todas com filhos pequenitinhos — e temos ainda um casal que trabalham aqui os dois. São esses os que têm mais problemas pois não têm dinheiro para pagar ao senhorio, para "comerem", nem para nada.

P. — *Assim como nós, também eles estão todos unidinhos?*

— Sim, para ver se nós não damos trabalho para podermos continuar a trabalhar. Para irmos ganhando algum.

P. — *E então quais foram os resultados desses contactos?*

— Por enquanto ainda não temos encomendas nenhuma. Tivemos uma pequenina, mas já foi satisfeita. Até ver aguardamos...

Do lado uma voz acrescenta: — Há muitas empresas que nos davam bastante trabalho, como a Croft, Maciel, Ferreira, Avelada, Sograp e Ramos Pinto. Esta empresa já existe há 75 anos, e as cápsulas que aqui fabricamos são das de melhor qualidade. Mas por enquanto ainda não nos mandaram nada.

P. — *E porque é que lhes parece que isso acontece?*

— Bem, a nós parece-nos que eles estão do lado do patrão. Deve ter sido o patrão que andou a dar a notícia para que eles não dessem o trabalho "à gente" — continuou a esclarecer — nos a sra. Irene. E prosseguiu: — Já falámos com diversos patrões bons e disseram que nos davam o trabalho, mas até agora nada. Como até à data não veio nada, supomos que seja o patrão que ande pelos armazéns. Nós não sabemos mas supomos.

— E que assim como nós, também os patrões andam muito unidinhos... — frisou do lado uma operária que mais tarde nos disse que já trabalhava lá na firma há 40 anos.

P. — *Então e essa Comissão Gestora como é que foi eleita?*

— A Comissão Gestora foi eleita entre todo o pessoal, e tem cinco mulheres e dois homens.

P. — *O Sindicato tem tido um papel...*

— Ah, o Sindicato tem-nos ajudado muito. Se não fosse o Sindicato, não sei o que seria de nós. O patrão fazia o que queria e sobrava-lhe tempo.

A dar continuidade a esta resposta da nossa interlocutora, adiantou um trabalhador: — Nós temos toda a confiança nele. Tem sido muito nossos amigos. Eles têm experiência, ajudam-nos sempre, estão sempre a nosso lado, ensinam-nos.

P. — *Então e essa Comissão Gestora como é que foi eleita?*

— A Comissão Gestora foi eleita entre todo o pessoal, e tem cinco mulheres e dois homens.

P. — *O Sindicato tem tido um papel...*

— Ah, o Sindicato tem-nos ajudado muito. Se não fosse o Sindicato, não sei o que seria de nós. O patrão fazia o que queria e sobrava-lhe tempo.

A dar continuidade a esta resposta da nossa interlocutora, adiantou um trabalhador: — Nós temos toda a confiança nele. Tem sido muito nossos amigos. Eles têm experiência, ajudam-nos sempre, estão sempre a nosso lado, ensinam-nos.

I ENCONTRO DE EMIGRAÇÃO: UMA INICIATIVA A QUE SE DEVE DAR CONTINUIDADE

Realizou-se na Secretaria de Estado da Emigração (SEE) nos dias 21, 22 e 23 de Agosto.

«Tal como até aqui, o Partido Comunista Português não poupará esforços em defesa dos interesses económicos, sociais e políticos dos emigrantes portugueses nos países onde vivem. Luta e lutará para que sejam cada vez mais estreitos os laços culturais que os ligam à mãe-pátria. Luta e lutará para que finalmente sejam postos ao serviço do povo português e do País todas as forças e capacidades criadoras de todos os seus filhos.»

(Sérgio Vilarigues, na manifestação do Dia do Emigrante, a 11 de Agosto, no Estádio 1.º de Maio.)

to o I Encontro da Emigração.

Participaram diariamente nos trabalhos das diferentes secções cerca de 100 pessoas, compreendendo: emigrantes da Holanda; Bélgica; França; Alemanha; Suíça; Inglaterra; África do Sul; Brasil; Venezuela; Canadá e Estados Unidos; representantes da Intersindical, da SEE, de diferentes ministérios e técnicos vários.

De notar que, por razões diversas de organização, não foi tão elevada como seria de se esperar a participação de trabalhadores emigrados. Os presentes davam contudo uma activa contribuição ao debate, enriquecendo-o com a sua experiência.

Foram tratados diferentes aspectos dizendo respeito directamente às difíceis condições de vida e de trabalho dos trabalhadores emigrados: ensino, alfabetização de adultos, integração na vida social dos países de destino, emprego, subemprego e desemprego, contratos de trabalho, acidentes, seguros, assistência social e jurídica, formação e aperfeiçoamento profissionais, etc.

Vejamos alguns dos aspectos das conclusões do Encontro, segundo o relato de um participante. «Com base na análise das situações existentes, sugeriu-se que a SEE nomeie professores de português devidamente qualificados e colabore com os servi-

geira, isto sempre que a importância dos núcleos de emigração o justifique. Foram ainda pedidas facilidades por parte dos diferentes organismos culturais, para a criação de bibliotecas, projecção de filmes, boletins, etc., nas associações democráticas existentes ou a criar, de forma a conseguir-se a activação do trabalho de animação cultural.

Foram pedidos o melhoramento (ou a sua efectivação onde não existam) de acordos de emigração, para uma efectiva e eficaz defesa dos nossos trabalhadores, especialmente no que diz respeito a uma cada vez maior igualdade de direitos sociais (trabalho, salário, desemprego, assistência médica, social e jurídica, habitação, pensão e invalidez, formação e aperfeiçoamento profissionais, subsídio de férias, etc.) e culturais (programas na rádio e TV nas diferentes línguas, a nível informativo e formativo).

Salientou-se a importância da participação dos trabalhadores emigrados na vida sindical desses países (e se possível com os mesmos direitos), para que, em conjunto com todos os trabalhadores, melhor possam defender os seus direitos. De destacar o relevo dado à necessidade de a Intersindical manter contactos estreitos com os sindicatos desses países.

Foi sugerida a Caixa Geral de Depósitos como principal banco de depósitos dos emigrantes (abertura de novas delegações ampla propaganda das vantagens, eliminação dos exageros de burocracia, etc.), e a aplicação das poupanças dos emigrantes em projectos de desenvolvimento que levem directamente à criação de novos empregos. Entre outras sugestões, considerou-se vantajoso o fomento do desenvolvimento das zonas rurais, o que facilitaria o regresso daqueles que o desejassem, para uma actividade produtiva.

do País em matéria de emigrantes.

Considerou-se essencial que fosse posto fim imediato aos subsídios por parte de organismos do Estado a organizações, associações ou jornais (aberta ou veladamente) fascistas, passando os mesmos a serem atribuídos às associações democráticas e representativas dos trabalhadores emigrados.

Sugere-se o desencadamentamento de uma rápida e bem organizada campanha informativa a efectuar no estrangeiro (junto aos emigrantes e à opinião pública local) sobre a real situação política económica e social do País, com vista ao desmascaramento e eficaz combate aos boatos e manobras das forças da reacção.

Para a efectivação das medidas propostas, deu-se especial relevo «ao saneamento e reestruturação de embaixadas, consulados, serviços de informação e turismo, instituições de crédito, ensino, etc., e efectuar um inquérito idóneo e imediato a essas entidades e instituições, no qual participem efectivamente elementos representativos dos diferentes núcleos de emigração, devidamente reconhecidos como antifascistas. Esta posição foi aprovada por maioria dos participantes na sessão final.

É de salientar a importância dada pelo Encontro às associações e clubes de emigrantes com carácter democrático e unitário em todo o processo em curso, e desde já ao saneamento de Consulados, Juntas de Turismo, etc. Este saneamento foi considerado necessário para a concretização de todas e quaisquer medidas agora propostas à SEE.

Concluindo: o I Encontro da Emigração, no seguimento da grande manifestação no Dia do Emigrante, realizada no Estádio 1.º de Maio no dia 11 deste mês, abriu perspectivas favoráveis à progressiva resolução dos inúmeros problemas dos emigrantes.

É indispensável agora que os emigrantes tomem conhecimento das suas conclusões (que lhes devem ser amplamente enviadas) e se mobilizem para as apreciar e apoiar, participando de forma realista, mas segura, na sua execução.

Nesta visita que o "Avante!" fez aos operários em greve — 65 mulheres e 6 homens —, foi ainda possível constatar as graves condições de trabalho dentro da empresa. Muito por alto, numa pincelada breve, adiantamos que, para além de chover lá dentro, os trabalhadores têm ao seu dispor um refeitório (?) com duas mesas de madeira onde cabem umas 25 pessoas e onde existem duas máquinas de petróleo para poderem aquecer a comida.

Nesta visita que foi acompanhada por um elemento

«Ele é que fez greve, não fomos nós!»

Numa visita que o "Avante!" fez aos operários em greve — 65 mulheres e 6 homens —, foi ainda possível constatar as graves condições de trabalho dentro da empresa. Muito por alto, numa pincelada breve, adiantamos que, para além de chover lá dentro, os trabalhadores têm ao seu dispor um refeitório (?) com duas mesas de madeira onde cabem umas 25 pessoas e onde existem duas máquinas de petróleo para poderem aquecer a comida.

Nesta visita que foi acompanhada por um elemento

«Ele é que fez greve, não fomos nós!»

Numa visita que o "Avante!" fez aos operários em greve — 65 mulheres e 6 homens —, foi ainda possível constatar as graves condições de trabalho dentro da empresa. Muito por alto, numa pincelada breve, adiantamos que, para além de chover lá dentro, os trabalhadores têm ao seu dispor um refeitório (?) com duas mesas de madeira onde cabem umas 25 pessoas e onde existem duas máquinas de petróleo para poderem aquecer a comida.

Nesta visita que foi acompanhada por um elemento

«Ele é que fez greve, não fomos nós!»

ASSINATURAS

Tabela de Preços

CONTINENTE E ILHAS

50 NÚMEROS — 125\$00 (Assinatura normal)
50 NÚMEROS — 200\$00 (VIA AÉREA)
Angola, Cabo Verde, Guiné, Macau, Moçambique, S. Tomé, Timor, Brasil, Espanha:
50 NÚMEROS — 150\$00 (Assinatura VIA SUPERFÍCIE)
50 NÚMEROS — 520\$00 (Assinatura VIA AÉREA)

ESTRANGEIRO

50 NÚMEROS — 250\$00 (Assinatura VIA SUPERFÍCIE)
50 NÚMEROS — 700\$00 (Assinatura VIA AÉREA)

NOTA — Atendendo a que não temos serviço de cobrança, solicitamos que conjuntamente com o pedido de assinatura nos remetam cheque ou vale de correio. Aos assinantes inscritos que ainda não efectuaram a liquidação, agradecemos também que o façam.

- SE GOSTAS DE LIVROS
- SE GOSTAS DE DISCOS
- SE TE AGRADA CONVIVER

Inscreve-te na ESTEIRO, adquirindo acções de 100\$00
Escreve-nos ainda hoje.
Visita-nos ainda hoje.

ESTEIRO — Cooperativa de Material Educativo
Rua Braamcamp, 66-1.º — Tel. 445 90 — LISBOA

HÁ 30 ANOS

A BULGÁRIA INICIOU O CAMINHO DO SOCIALISMO

Em 9 de Setembro de 1944 as massas populares da Bulgária, estreita e solidamente unidas na Frente da Pátria, dirigidas pelo Partido Comunista Búlgaro e com a ajuda decisiva do Exército Soviético de Libertação varreram para sempre da sua terra o regime monarca-fascista. Foi instaurado o Poder Democrático-popular. As difíceis e corajosas lutas de longos anos do povo búlgaro culminaram assim com a vitória.

Perante a Bulgária abriu-se um caminho completamente novo — o caminho para o socialismo.

Três decénios são um período mínimo na marcha milenária da história mas, pelas transformações operadas no país durante esse período, pelo significado do que ali foi realizado, pelas etapas revolucionárias que foram superadas, os anos transcorridos após a grande vitória popular de 1944 equivalem a toda

uma época. Uma época que se reflecte não só nos índices do avanço alcançado, impossível no passado; não só nos ritmos de desenvolvimento, mas também nas transformações socio-políticas, na nova estrutura do pensamento, das opiniões, assim como no carácter qualitativamente novo da direcção social e do método de direcção, da atitude dos trabalhadores para com a sociedade socialista, para com o trabalho, para com os seus deveres patrióticos e internacionalistas.

Muitas vezes é citada a dela do grande dirigente da classe operária búlgara e do movimento comunista internacional — Dimitrov — de que em 15 ou 20 anos a Bulgária alcançaria o que muitos outros Estados haviam alcançado num século. Essa ideia de Georgie Dimitrov transformou-a o povo búlgaro em realidade.

A Bulgária era um dos países mais atrasados da Europa, com uma economia rural primitiva e pouco rentável, sem indústria digna do nome, com um nível de vida dos mais baixos. Actualmente, a Bulgária é um país industrial-agrário que possui uma indústria própria e desenvolvida de acordo com as últimas conquistas da técnica. A ritmos rápidos desenvol-

vem-se sectores principais da indústria, como as construções mecânicas, a electrónica, a química, a energética. Em 1972, a produção industrial superou 43 vezes o nível atingido em 1939.

Nos campos da Bulgária trabalham actualmente 110 mil tractores. Entre 1950 e 1972, a produção global da economia rural aumentou 2,7 vezes.

Outra pais desconhecido, quase ignorado no resto do mundo, a Bulgária goza hoje de grande prestígio internacional graças à sua construtiva política externa e interna.

Porém, as máquinas modernas, os quilómetros de energia eléctrica, as toneladas de aço, os produtos químicos não são um objectivo em si, sim, um meio para a consecução duma grande tarefa: o desenvolvimento das forças produtivas a ritmos e proporções tais que permitam satisfazer cada vez mais plenamente as necessidades materiais e espirituais dos trabalhadores. «Tudo para o homem, tudo para o seu bem-estar» — é o lema proclamado no Programa do Partido Comunista Búlgaro, que tal como há 30 anos atrás continua a ser o guia indiscutível e provado do povo búlgaro para a conquista de novas vitórias.

É inegável que a renúncia em recorrer à ameaça ou ao emprego da força nas relações entre os Estados deve tornar-se o princípio essencial da garantia da segurança internacional, tanto na Europa como nas outras partes do mundo. Sem a adopção deste princípio, é impossível excluir as guerras da vida da sociedade e instaurar a coexistência pacífica dos Estados independentemente dos seus regimes políticos — afirmava recentemente um especialista nestes assuntos.

Com grande apoio da opinião progressista e democrática de todo o mundo está a decorrer a Conferência de Segurança e Cooperação na Europa. Iniciativa dos países socialistas, no âmbito da sua política de coexistência pacífica entre Estados com sistemas económicos e sociais diferentes, a Conferência a que aderiram, com excepção da Albânia, todos os países europeus, os Estados Unidos e o Canadá, tem algumas das seguintes características:

BUBAPESTE (Junho de 1966) — Os países membros do Tratado de Varsóvia, através do seu Comité Consultivo, publicam a Declaração sobre a consolidação da paz e da segurança na Europa, requerendo que fosse convocada uma conferência para debate desses assuntos.

KARLOV VARY (Abril de 1967) — Na base do princípio da coexistência pacífica, a Conferência dos representantes dos países comunistas e operários da Europa propõe um sistema colectivo de segurança europeia. Todas as forças democráticas foram convidadas a pôr em prática um programa para acabar com a corrida aos armamentos e as forças de guerra.

BUBAPESTE (Março de 1969) — O Comité Consultivo Político dos países membros do Tratado de Varsóvia

Segurança e cooperação na Europa

UMA CONFERÊNCIA PARA PORTUGAL DEMOCRÁTICO

A conferência dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países do Tratado de Varsóvia submeteu ao público e aos Governos da Europa um projecto ampliado da ordem de trabalhos da conferência europeia sobre a segurança.

BUDAPESTE (Junho de 1970) — A conferência dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países do Tratado de Varsóvia submeteu ao público e aos Governos da Europa um projecto ampliado da ordem de trabalhos da conferência europeia sobre a segurança.

MOSCOW (Março-Abril de 1971) — No XXIV Congresso do PCUS, é aprovado o programa de política externa conhecido por «Programa da Paz». Nas conclusões, afirma-se que um dos problemas básicos do desenvolvimento e da consolidação da paz mundial é a garantia da segurança europeia, com base no reconhecimento da realidade territorial e política derivada da segunda guerra mundial. O acordo quadripartido sobre a RFA e desta com a Polónia e a Checoslováquia bem como o celebrado entre as duas Alemanhas foram passos importantes para a segurança no nosso continente.

PRAGA (Janeiro de 1972) — Os países membros do Tratado de Varsóvia publicam uma declaração sobre a Paz, a Segurança e a Cooperação na Europa, com os princípios fundamentais da segurança europeia e das relações entre os Estados da Europa, a saber: inviolabilidade das fronteiras; renúncia à violência ou à ameaça de violência; coexistência pacífica entre países com sistemas sociais e económicos diferentes; desenvolvimento das relações de boa vizinhança entre os países da Europa, na base dos princípios de independência, da soberania nacional, da igualdade das vantagens mútuas e da não ingerência nos assuntos internos de cada país; a solução de questões litigiosas deve fazer-se unicamente por meios políticos e pacíficos; esforços que visem ao desarmamento geral e completo, sobretudo o desarmamento atómico e ainda a aplicação de medidas tendentes a limitar e a deter a corrida aos armamentos; cooperação entre os Estados europeus nos planos económico, científico e técnico, bem como nos domínios do turismo e da protecção do meio ambiente; apoio à Organização das Nações Unidas. Para o seu desenvolvimento posterior, recomendava-se ainda à conferência: a supressão de qualquer discriminação, desigualdade ou barreira artificial, a cooperação mutuamente vantajosa na utilização racional das matérias-primas e das fontes de energia, o aumento do rendimento do solo e a aplicação dos resultados da ciência e da técnica; o movimento para o bem-estar das nações europeias, a difusão das riquezas espirituais, dos conhecimentos da cultura e da arte das nações; e o estabelecimento de um órgão permanente na conferência para garantir que sejam tomadas medidas neste sentido.

Reforcemos a nossa participação na CSCE

Numa altura em que Portugal se liberta do fascismo e do colonialismo, a nossa posição na Conferência de Segurança e Cooperação na Europa deve ser eminentemente reforçada. A isso nos obriga a opinião pública do nosso país que, mesmo nas duras condições anteriores a 25 de Abril, sempre apoiou essa instrumentação de paz e de melhoria de relações, cuja necessidade aumenta todos os dias, nomeadamente no que respeita à aplicação prática de um sistema de segurança eficaz e permanente.

Forçada pela opinião interna e mundial, o fascismo português viu-se obrigado a participar na Conferência cujos resultados só poderiam ser negativos para um regime empenhado em guerras coloniais e opressor do seu povo. Agora que vivemos um período de construção da democracia, por maioria de razão devemos contribuir para que a segurança e cooperação na Europa cheguem a bom termo, ajudando a acabar com os restos da guerra-fria e melhorando os nossos contactos económicos, políticos e culturais com os restantes Estados europeus.

É-nos agora muito mais fácil combater as forças que se opõem ao movimento anti-imperialista e anti-guerra no seio da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa.

Alguns membros da sua guarda pessoal contra-atacaram energeticamente e os fascistas recuaram de novo até à escada principal (aplausos). Observou-se, então, no meio do combate, um gesto de insolita dignidade: pegando no corpo inerte do presidente, os seus companheiros levaram-no até ao seu gabinete, sentaram-no na cadeira presidencial, colocaram-lhe a faixa presidencial e envolveram-no na bandeira chilena (aplausos).

Mesmo depois de morto o seu heróico presidente, os imortais (os inesquecíveis) defensores do palácio resistiram durante duas horas mais às acometidas selvagens dos fascistas. Só às 4 da tarde, ardendo o Palácio Presidencial já há várias horas, se apagou a última resistência.

Muitos se assombrarão com o que aqui se acaba de narrar. E é, na verdade, terrivelmente espantoso. As altas patentes fascistas das quatro forças armadas tinham-se sublevado contra o Governo da Unidade Popular e somente 40 homens resistiram durante 7 horas ao grosso da artilharia (aplausos), aos tanques, à aviação e à infantaria fascistas. Poucas vezes na História se escreveu semelhante página de heroísmo.

O presidente não só foi corajoso e firme ao cumprir a sua palavra de morrer defendendo a causa do povo, como também na hora decisiva se engrandecceu até aos limites do impossível (aplausos). A presença de ânimo, a serenidade, o dinamismo, a capacidade de comando e o heroísmo que demonstrou foram admiráveis. Nunca neste continente algum presidente foi protagonista de tão dramática façanha (aplausos). Muitas vezes o pensamento inerte ficou abatido pela força bruta. Mas, agora, pode dizer-se que a força bruta jamais conheceu semelhante resistência, realizada em terreno militar por um homem de ideias, cujas armas foram sempre a palavra.

O CAMARADA JOSÉ VITORIANO VISITA A ROMÉNIA

Uma delegação do Partido Comunista Português dirigida pelo camarada José Vitoriano e de que também fez parte o camarada Carlos Abolin Inglês, membros do CC do nosso partido, participou, a convite do Partido Comunista Romeno, nas comemorações do 30.º aniversário da independência da Roménia, grande festa nacional do povo romeno.

A nossa delegação participou em todos os actos e cerimónias das comemorações, entre os quais se destaca o grande desfile que durou várias horas, na manhã do dia 23, de representações das Forças Armadas, das forças do trabalho, do desporto, etc., num total de cerca de 400 mil e que constituiu uma grande manifestação popular.

A delegação do nosso partido foi ainda recebida na sede do CC pelo camarada Stefan Andreass, membro do secretariado e do Bureau Político do Comité Central do Partido Comunista Romeno. Na troca de impressões havida sobre problemas interessantes dos dois partidos, foram mais uma vez salientados os fortes laços de amizade e solidariedade que ligam desde há muito o POR e o PCR e reafirmados o desejo e a determinação de continuar a fortalecer e a desenvolver tais relações fraternais e de solidariedade, agora com um muito mais largo campo de aplicação após a grande vitória do povo português sobre o regime fascista em 25 de Abril.

DOIS SOVIÉTICOS NO COSMOS

Desde o dia 26 à noite até 29, estiveram no espaço dos cosmonautas soviéticos.

O tenente-coronel Guenadi Sarafánov e o engenheiro Lev Demin são os dois tripulantes da Soyuz-15, cujo lançamento não foi mais do que uma nova etapa do plano de exploração do cosmos que a União Soviética há anos vem levando a cabo. Prosseguir as experiências iniciadas em Julho pelos cosmonautas que então tripularam a Soyuz-14 é a missão que coube neste momento aos dois soviéticos que se encontram no cosmos.

Entre os estudos, a que procederam os dois cosmonautas soviéticos contam-se os relacionados com as reacções do organismo humano à imponderabilidade prolongada, com a inspecção dos recursos terrestres, as radiações solares, etc.

A agência TASS divulgou alguns dados biográficos dos dois cosmonautas. O tenente-coronel Guenadi Sarafánov, natural duma aldeia das margens do Volga, frequentou a Escola Superior de Aeronáutica da URSS e entrou para o Centro de Treino dos Cosmonautas em 1965. O engenheiro Lev Demin é natural de Moscovo, tirou o curso de Engenharia na Academia da Força Aérea e entrou para o destacamento de cosmonautas em 1963.

O povo português, que sempre tem acompanhado com natural regozijo as experiências espaciais soviéticas, uma vez mais se congratula com esta nova prova do elevado nível do desenvolvimento técnico e científico da URSS e da coragem do seu povo.

Breves notícias dos países socialistas

UNIÃO SOVIÉTICA

- A central atómica de Leningrado, que entrou em funcionamento em Dezembro do ano passado, produziu até hoje dois milhões de kilowatts-hora de energia eléctrica. Trata-se da maior central atómica da URSS. Em breve será explorada na sua capacidade máxima.
- Em 1975, a URSS produzirá cerca de 75 milhões de toneladas de adubos minerais. A maior parte dessa produção pertencerá a uma fábrica construída há pouco na península de Kola, para além do círculo polar, e que entrou em funcionamento em 1969. Produz anualmente 14 milhões de toneladas de superfosfato concentrado, sendo a maior do mundo.
- Cerca de 14 000 jovens estrangeiros estão inscritos este ano nas universidades e escolas superiores da URSS. Actualmente estudam na União Soviética 40 mil jovens de 100 países.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO VIETNAME

- Os trabalhadores das minas de carvão da R. D. V. ultrapassaram em 4% o plano do primeiro semestre deste ano. Somente na mina de Hong Gai foram extraídas 240 mil toneladas acima do previsto no plano. Com êxitos semelhantes noutros sectores assinalam os trabalhadores da R. D. V. o 29.º aniversário da proclamação da República e do estabelecimento do poder popular.

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

- Últimas-se os preparativos para o próximo ano escolar que dentro em breve vai começar. Foram já editados 21 milhões de livros escolares para o novo ano lectivo.

REPÚBLICA SOCIALISTA DA ROMÉNIA

- Nos últimos 10 anos foram construídos em Bucareste, capital da Roménia, 21 dispensários, 10 clínicas dentárias, 3 policlínicas e um posto de pronto socorro. Foram também construídos dois hospitais, o que eleva para 23 000 o número total de camas na capital.

REPÚBLICA POPULAR DA POLÓNIA

- Está na fase de acabamento a primeira estação terrestre polaca do sistema de satélites Intersputnik dos países socialistas. A parte de transmissão e recepção estão na fase de ensaios. Através desta estação serão transmitidos programas de televisão a preto e branco e a cores.

REPÚBLICA POPULAR DA BULGÁRIA

- Através do novo gasoduto que liga a Bulgária à União Soviética chegou aquele país o primeiro fornecimento de gás natural soviético destinado sobretudo a alimentar a indústria búlgara. Estão já a utilizar gás soviético uma importante fábrica química, uma de cimento e outra de vidro.

(Serviço especial da ADN para «Avante!»)

NOVIDADE

O HOMEM, AS SUAS NECESSIDADES E O SOCIALISMO

por B. MOTCHALOV
(doutor em ciências económicas, professor)
preço 40\$00
PRELO EDITORA — R. da Misericórdia, 67-2.º — LISBOA



Comemorações do 30.º aniversário da Libertação

O ÚLTIMO COMBATE DE ALLENDE

(Continuado da 8.ª página)

comunicando aos membros da guarnição a ordem de retirada, os quais começaram imediatamente a abandonar a Moneda, levando parte do seu armamento. O mesmo fizeram os carros blindados dos carabinieri que até esse instante ocupavam posições de defesa do palácio.

Um grupo de 10 carabinieri, acompanhado do portador da ordem de retirada e cumprindo, sem dúvida, instruções, ao retirar-se pela escada principal e já próximo da saída virou as suas espingardas tentando disparar contra o presidente, sendo energicamente ripostados pelo pessoal da escolta. Foram estes os primeiros tiros que se trocaram com os golpistas.

Enquanto isto se passava, numerosos ministros, subsecretários, funcionários, as filhas do presidente, Beatriz e Isabel, e outros militantes da Unidade Popular, vão chegando ao palácio para estar junto do presidente nessas horas críticas.

As 9 e 15 da manhã, aproximadamente, realizaram-se as primeiras descargas do exterior contra o palácio. Tropas fascistas de infantaria, em número superior a 200 homens, avançavam pelas ruas Teatinos e Morandé, de ambos os lados da Praça da Constituição, até ao palácio presidencial, disparando contra o gabinete do presidente. As forças que defendiam o palácio não passavam de 40 homens. O presidente da ordem de abrir fogo contra os atacantes e ele próprio disparava contra os fascistas, que retrocedem desordenadamente com numerosas baixas (aplausos).

Os fascistas introduziram, então, os tanques no combate apoiados pela infantaria. Um tanque avançou pela R. da Moneda, outro pela R.

Teatinos, outro por Alameda, esquina com a Rua Morandé e outro em direcção à porta principal pela Praça da Constituição. Nesse instante, do próprio gabinete do presidente abriram fogo de bazuca contra o tanque que estava junto à porta principal o qual foi totalmente destruído (aplausos). Outros dois tanques concentram o fogo sobre o gabinete do presidente e um carro blindado dispara as suas metralhadoras contra a Secretaria Privada e o Pavilhão de Escolas. Várias peças de artilharia situadas num lado da Praça da Constituição disparam também contra o palácio. O presidente percorre as várias posições de combate dando alento e dirigindo os defensores. A luta violenta prolonga-se por mais de uma hora sem que os fascistas consigam avançar uma polegada.

As 10 e 45 o presidente reúne no Salão Toesca os ministros, subsecretários e conselheiros que tinham acorrido ao palácio para estar junto dele, e explica-lhes que a luta no futuro iria precisar de chefes e quadros, que todos os que estavam desarmados deviam abandonar a Moneda na primeira ocasião possível e todos os que tinham armas deviam continuar nos seus postos de combate. Como era de esperar, nenhum dos colaboradores sem armas estivera de acordo com esta opinião do presidente; tão-pouco as filhas do presidente e as outras mulheres que se encontravam na Moneda se resignavam a abandonar o palácio.

O combate prosseguiu violento. Pelos altifalantes do palácio os fascistas lançavam raivosamente novos ultimatos, anunciando que se os defensores não se rendessem empregariam imediatamente a Força Aérea.

As 11 e 45 o presidente reúne-se com as filhas e restantes mulheres; ao todo encontravam-se 9 no palácio, e ordena-lhes com firmeza que abandonem a Moneda, pois considerava sem sentido que morressem ali indefesas. Imediatamente pediu aos sitiadores uma trégua de 3 minutos para evacuar o pessoal feminino. Os fascistas não consideraram a trégua, mas nesse instante as suas tropas começaram a retirar-se dos arredores do palácio, para levar a cabo o ataque aéreo, o que produziu um abrandamento no combate que permitiu a saída das mulheres.

Por volta do meio-dia, começou o ataque da aviação. As primeiras bombas caíram no Pátio de Inverno que se situa no centro da Moneda, perfurando os tetos e rebentando no interior dos edifícios. Novas ondas de aviões e novos impactos sucederam-se uns atrás dos outros, enchendo de fumo e de ar tóxico todo o edifício. O presidente dá ordens para juntar todas as máscaras antigas, preocupa-se com a situação das mães e exorta os combatentes a resistir firmemente ao bombardeamento.

As munições das espingardas automáticas da guarda pessoal do presidente estavam quase esgotadas, praticamente, depois de 3 horas de combate, o que levou o presidente a mandar arrombar a porta do pátio da guar-

nição de carabinieri do palácio onde se encontrava parte do armamento desta. Impacientando-se com a demora da informação sobre as ditas armas, ele próprio, atravessando o Pátio de Inverno, dirigiu-se para o pátio, e, vendo que demoravam a arrombar a porta, ordenou que empregassem granadas de mão na operação, conseguindo-se, assim, abrir buracos na sala de armas, de onde finaram 4 metralhadoras de calibre 30 e numerosas espingardas SIK, grande quantidade de munições, máscaras antigas e capacetes. O presidente ordenou que se levasse tudo imediatamente para os postos de combate e percorreu pessoalmente os dormitórios dos carabinieri, recolhendo espingardas SIK e outro armamento que ali estava. O próprio presidente levou aos ombros numerosas armas para reforçar os postos de combate, exclamando: «Assim se escreve a primeira página desta história. O meu povo e a América escreverão o resto» (aplausos), o que produziu profunda emoção em todos os que o acompanhavam.

Enquanto o presidente transportava as armas o ataque aéreo recomeçou com violência. Uma explosão quebrou umas vidraças próximo do sítio onde se encontrava o presidente, projectando fragmentos de vidro que o atingiram nas costas. Foi este o primeiro ferimento que sofreu. Enquanto recebia assistência médica ordenou que o transporte das armas continuasse, e não cessava de se preocupar com a sorte de cada um dos companheiros.

Minutos depois os fascistas recomeçaram violentamente o ataque, combinando a acção da Força Aérea com a artilharia, os tanques e a infantaria. Segundo testemunhas oculares, o ruído, a metralha, as explosões, o

PC do Chile

(Continuado da 8.ª página)

cessário que o isolamento da Junta se aprofunde e alargue cada vez mais. A classe operária de todo o mundo exprime de forma cada vez mais enérgica, concreta e combativa, o seu repúdio pelos que roubaram ao povo o Poder no Chile e a sua disposição de se manter solidária com a luta do povo chileno. A solidariedade desempenha um papel de primeiro plano na luta contra o fascismo.

No mês de Setembro comemorou-se a 4 de Setembro, quarto aniversário da eleição de Salvador Allende, para a Presidência da República, o 11 de Setembro, primeiro aniversário do golpe de Estado fascista, o 18 de Setembro, 164.º aniversário da independência do Chile e o 23 de Setembro, primeiro aniversário da morte do camarada Pablo Neruda.

Nas horas duras que o Chile atravessa, as forças democráticas de todos os continentes intensificam ainda mais a solidariedade com o Chile e ajudam a cavar o isolamento dos fascistas.

O pilar fundamental da solidariedade com o Chile é e será a acção dos partidos comunistas irmãos em todo o mundo, a acção do Movimento Comunista Internacional.

PARTIDO COMUNISTA DO CHILE.

fumo e o ar tóxico transformaram o palácio num inferno. Não obstante a ordem dada pelo presidente para se abrirem todas as torneiras de água para evitar o incêndio no rés-do-chão, o palácio começou a arder pela ala esquerda e as chamas propagaram-se até à sala dos Ajudantes de Campo e ao Salão Vermelho. No entanto, o presidente, que não desanimou um só instante, nem nos momentos mais críticos, ordenou que se fizesse frente ao ataque em massa, com todos os meios disponíveis.

Teve então lugar uma das maiores proezas do presidente. Enquanto o palácio estava envolto em chamas, rastejou debaixo do fogo até ao seu gabinete, frente à Praça da Constituição, apoderou-se de uma bazuca, apontou-a contra um tanque situado na Rua Morandé — que disparava furiosamente contra o palácio — e com um tiro certeiro pô-lo fora de combate (aplausos). Instantes depois outro disparo pôs fora de acção um terceiro tanque.

Os fascistas introduziram mais carros blindados, tropas e tanques pela porta n.º 80 da Rua Morandé, intensificando o fogo pela porta de acesso à Moneda, enquanto o palácio continuava a arder. O presidente desceu ao andar inferior com alguns combatentes para repelir o intento dos fascistas de penetrarem no interior do palácio, vindos da Rua Morandé, fazendo-os recuar. Os fascistas suspenderam, então, o fogo nesse sector e pediram, gritando, dois representantes do Governo para parlamentar. O presidente enviou Flores (secretário-geral do Governo) e Daniel Vergara (subsecretário do Interior), os quais saíram pela porta da Rua Morandé e se dirigiram para um «jeep» militar estacionado em frente. Isto ocorreu por volta da 1 da tarde. Flores e Vergara conversaram com um oficial superior que se encontrava no dito «jeep». Ao regressarem ao palácio, já próximo da entrada, desse mesmo «jeep» dispararam contra eles a tração. Flores recebeu um tiro na perna direita e Daniel Vergara vários tiros nas costas que o mataram, sendo o recolhido pelos seus companheiros debaixo do fogo protector dos outros defensores.

Os fascistas tinham pedido para a parlamentar a fim de exigir de novo a rendição, oferecendo facilidades ao presidente e aos defensores para abandonar o palácio e dirigirem-se aos destinos que escolhessem. O presidente afirmou, uma vez mais imediatamente, a sua decisão de combate até à última gota de sangue (aplausos), interpretando não só o seu desejo, mas também o de todos os heróicos defensores do palácio. No andar inferior resistiram às investidas provenientes da Rua Morandé, enquanto que a entrada principal do palácio estava já praticamente destruída.

Perto da 1 e 30, o presidente subiu ao andar de cima para inspecionar as posições. Nesta altura, já numerosos defensores tinham sido mortos pelas balas, explosões ou queimados nas chamas. O jornalista Augusto Olivares couro espanado devido ao seu heróico com-

SOLIDARIEDADE COM O POVO CHILENO

- A todos os antifascistas.
- A todas as organizações, associações, movimentos e colectividades democráticas.
- A todos os inimigos da reacção.
- A todos os amantes da Paz.

Por iniciativa do CONSELHO PORTUGUÊS PARA A PAZ E COOPERAÇÃO e correspondendo ao apelo do CONSELHO MUNDIAL DA PAZ, o Movimento Democrático Português, a Intersindical, o Movimento da Juventude Trabalhadora das Mulheres chamam todos os democratas portugueses a participarem activa e solidariamente na SEMANA DE APOIO AO POVO CHILENO, que se realiza de 4 a 11 de Setembro.

Dois datas que são marcos na história do Chile: a primeira coincide com a subida de Allende ao Poder; a segunda marcando o primeiro aniversário do criminoso golpe de Estado da Junta Militar e do assassinio do presidente Allende.

A SEMANA DO CHILE, que será celebrada por todo o mundo, terá em Portugal, para os nossos companheiros chilenos e para nós, portugueses, o maior significado: o de um povo que perde a sua liberdade às mãos dos fascistas; o de um povo que a conquista depois de 48 anos de opressão.

O Chile é hoje um país devastado pela acção da Junta Militar, onde reina a brutalidade sem limites da repressão fascista, onde dezenas de milhares de patriotas chilenos são lançados nos campos de concentração, são torturados até à morte, são obrigados a refugiar-se nas embaixadas e a procurar o exílio. Um país onde são esmagados os direitos e liberdades mais elementares.

O espírito nazi está hoje no Chile! É permanente o «estado de guerra interna»!

Mas a resistência heróica do povo chileno e a extraordinária solidariedade internacional desenvolvida transmite-nos a convicção de que o Chile será devolvido ao povo chileno, de que o fascismo será vencido.

Solidarizando-nos com o povo chileno não nos limitamos a cumprir o nosso dever internacional de combater a ameaça real que representa para toda a Humanidade o renascimento do fascismo, braço armado e terrorista dos monopólios que Portugal conheceu e sofreu décadas seguidas. Nós trazemos também para o centro das preocupações de todos os portugueses a necessidade de não esquecer o dramático passado ainda tão próximo que o País viveu, a necessidade de por todos os meios combatermos a reacção que, na nossa pátria, quanto mais avançar a liberdade mais se mostrará disposta a todos os golpes, crimes e prepotências para jogar a arrancada democrática e popular.

Por isso, as organizações signatárias chamam todos os amigos do povo chileno, todos os democratas, toda a população das cidades, vilas e aldeias do nosso país a aderir e participar activamente nesta SEMANA, que é também nossa, organizando, colaborando e dando apoio a:

- Assembleias, festivais, comícios, sessões de esclarecimento sobre o Chile, designadamente de exigência à liberdade de Luís Corvalán, Clodomiro Almeida e de todos os prisioneiros da ditadura militar, e de apoio a todos os patriotas chilenos.
- Editando e divulgando publicações sobre Allende e o seu Governo e sobre os crimes da Junta fascista.
- Enviando aos membros da Junta Militar e a organizações internacionais democráticas, milhares e milhares de mensagens de protesto contra os vergonhosos crimes que o fascismo pratica no Chile contra um Povo inteiro.

Do Chile nos veio o lema do 25 de Abril: «UM POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO».

Ao povo chileno devemos afirmar a nossa total solidariedade para que ela se converta no futuro livre das nossas duas pátrias.

PELO FIM IMEDIATO DA REPRESSÃO E A LIBERTAÇÃO

DE TODOS OS PRESOS POLÍTICOS E SINDICAIS.

PELO FIM DO «ESTADO DE GUERRA INTERNA».

PELO ESTABELECIMENTO DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS E SINDICAIS.

EM FRENTE POR UMA GRANDE JORNADA DE SOLIDARIEDADE AO POVO CHILENO!

VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES E DO POVO DO CHILE!

UNIDOS VENCEREMOS!

Lisboa, 26 de Agosto de 1974.

Conselho Português para a Paz e Cooperação.
Movimento Democrático Português.
Intersindical.
Movimento da Juventude Trabalhadora.
Movimento Democrático das Mulheres.
Com o apoio do PCP e do PSP.



LIBERDADE PARA LUÍS CORVALÁN

Milhares e milhares de presos, execuções sumárias, estádios de futebol transformados em campos de concentração, assaltos, torturas selvagens são ainda hoje o quotidiano imposto aos trabalhadores do Chile e a todo o povo chileno.

A vigorosa campanha internacional desencadeada contra as atrocidades cometidas fez recuar um pouco a violência, da qual, porém, todos os dias chegam novos elementos.

O camarada Luís Corvalán, secretário-geral do Partido Comunista do Chile, encontra-se preso sem julgamento há um ano. As preocupações de todas as forças progressistas do mundo tiveram papel decisivo na defesa da vida de um combatente contra o qual se encarnavam os reaccionários chilenos. O presidente da Comissão dos Direitos do Homem da OEA, Justino Jiménez Arechaga, divulgou as declarações de Luís Corvalán acerca da permanência de centenas de presos políticos no campo de concentração da ilha de Dawson, encerrado devido aos protestos internacionais.

As palavras do camarada Corvalán recordam a todos nós as descrições do sinistro campo do Tarrafal, esse campo de morte que o fascismo salazarista fez entrar na história da luta do povo português por uma vida livre e digna. É uma triste semelhança que torna mais forte a necessidade de levarmos aos camaradas chilenos a expressão decidida do nosso apoio.

LIBERDADE PARA LUÍS CORVALÁN
LIBERDADE PARA OS PRESOS POLÍTICOS DO CHILE

Levando-nos para Dawson, uma ilha perto do estreito de Magalhães, onde a temperatura chega a atingir 15 graus abaixo de zero e o vento alcança uma velocidade de 100 quilómetros por hora; fazendo do insulso e do castigo uma norma de tratamento quotidiano; submetendo-nos a uma dieta cheia de carências, os militares procuravam destruir-nos moral e fisicamente.

Em Dawson foram construídos dois campos de concentração. Num deles estavam encarcerados centenas de presos políticos da província de Magalhães, que sobreviviam em condições sub-humanas. No outro estavam nós. Dispunhamos de dois barracões com toldos e a cada um de nós cabia cerca de um metro de espaço vital. Obrigavam-nos a levantar às 6 horas e levavam-nos para os trabalhos forçados. Tínhamos que ir aos bosques vizinhos cortar árvores para fazer postes de iluminação, abrir e reparar caminhos com o cascalho que acarretávamos dos arredores do acampamento.

Construíamos cercas com troncos cortados no bosque e tínhamos que limpar canais cheios de ratos e lodo. Na água suja destes canais se lavavam os pratos. Tínhamos que ferver a água durante duas horas para poder fazer a sopa; era a única água doce que havia na ilha.

Nos trabalhos forçados alguns de nós sofreram ferimentos que logo infectavam por falta de tratamento. Como médicos tínhamos somente os nossos companheiros Edgardo Henriquez, Arturo Jiron e Patricio Giron. A alimentação consistia num pedaço de pão duro e num púcaro de chá ou café pela manhã, e um prato de água fervida com cereais secos. As nossas famílias procuravam reforçar essa dieta, mas a maior parte das vezes os oficiais roubavam os alimentos que tantos sacrifícios tinham custado. Todos nós perdemos entre 15 e 20 quilos.

Várias eram as formas escolhidas para nos vexarem. Alguns cabos e sargentos obrigavam-nos a usar a retrete a horas determinadas, com a porta aberta e sob a mira de uma pistola-metralhadora. Sempre que algum de nós demorava um pouco a obedecer a uma ordem de marcha, de ediantar ou formar, era castigado com cinquenta ou mais tiburones, flexões sobre o solo, no barro, sob a chuva e a intempérie.

O PARTIDO COMUNISTA DO CHILE E A SEMANA DE SOLIDARIEDADE

A Junta Militar fascista intensifica o terror e a repressão no Chile, únicos métodos que lhe permitem continuar a dominar o país. Milhares de novas prisões nos últimos dias confirmam que a repressão mais brutal é uma característica permanente do regime fascista instaurado no Chile.

Os órgãos repressivos da Junta, invocando o estado de guerra civil, perseguem todas as manifestações ou indícios de descontentamento que detectam. Entre os milhares de lutadores caídos recentemente nas mãos da ditadura encontra-se o senador Jorge Montes, membro do Comité Central do Partido Comunista do Chile, por cuja vida receamos. O senador Montes, sua mulher e filhas desapareceram há mais de duas semanas.

O Conselho de Guerra da Força Aérea do Chile, decretou recentemente quatro penas de morte que só foram comutadas em face da intensa pressão da solidariedade internacional.

A ditadura prepara-se para submeter a outro conselho de guerra Luís Corvalán, secretário-geral do nosso Partido, Clodomiro Almeida, do Comité Central do Partido Socialista e mais 30 dirigentes da Unidade Popular, acusados de «traição à pátria».

A solidariedade dos povos de todo o mundo pode conquistar a liberdade para o camarada Corvalán, cujo estado de saúde inspira grandes apreensões, bem como de todos os patriotas presos.

A nossa luta imediata tem como objectivos principais a cessação do estado de guerra civil, o fim do funcionamento dos conselhos de guerra, a liberdade para os presos políticos, o respeito pelos Direitos do Homem e pelas liberdades democráticas espezinhadas pelo fascismo.

Menção especial merece a luta dos trabalhadores chilenos na defesa das suas conquistas agora esmagadas, das suas organizações sindicais dissolvidas, do seu nível de vida lançado a extremos de miséria, enquanto crescem os negócios dos sectores monopolistas da economia e se pagam indemnizações às companhias imperialistas do cobre que foram nacionalizadas pelo Governo de Unidade Popular. As taxas de desemprego devem atingir 20 por cento, no final deste ano, de mais um militar de funcionários da administração pública.

O Partido Comunista do Chile considera seu dever destacar a importância e os êxitos conseguidos pela solidariedade internacional, a frente da qual se destacam os países socialistas e a União Soviética. É uma solidariedade de princípio que cala muito fundo nos corações dos comunistas e do povo chileno. As bandeiras desfraldadas do internacionalismo proletário contribuem para isolar internacionalmente os fascistas.

Esta solidariedade dá alento e estimula a batalha dos chilenos pela sua liberdade, para a derrota do fascismo. A Junta tenta-a como um duro golpe. É necessário

UNIDADE SOLIDARIEDADE

Representantes do Conselho Português para a Paz, Movimento Democrático Português, da Intersindical, do Movimento da Juventude Trabalhadora, do Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas, do Partido Socialista e do Partido Comunista Português, reuniram-se em 28 de Agosto, na sede da CDE, em Lisboa, com residentes chilenos, para estabelecer o programa da Semana de Solidariedade com o Povo Chileno — 4 a 11 de Setembro.

As organizações representadas corresponderam ao apelo do Conselho Mundial da Paz e estabeleceram um programa de unidade na presença de residentes chilenos, desenvolvendo todo um conjunto de iniciativas, de âmbito nacional, desde as sessões de esclarecimento, às edições de textos, exposições, comícios e sessões de canto livre.

Os partidos e movimentos presentes ao encontro, estabeleceram três grandes realizações à escala nacional:

- Uma conferência de Imprensa com a presença de representantes da resistência chilena.
- Um grande comício unitário no Pavilhão dos Desportos no dia 6 de Setembro.
- Um festival no Coliseu dos Recreios, no dia 11 de Setembro, com cantores chilenos, espanhóis, gregos e portugueses.

Os movimentos e partidos representados concordaram em apoiar o apelo do Conselho Mundial da Paz e tomar conhecimento da plataforma de solidariedade mundial do CMP para Setembro que pede:

(Continuação da 7.ª página)

PROGRAMA DA SEMANA DE SOLIDARIEDADE COM O POVO CHILENO

4 de Setembro — Conferência de Imprensa, pelas 9.30 horas, na sede do MDP, com destacados representantes da resistência chilena.

6 de Setembro — Grande comício unitário, às 21 horas, no Pavilhão dos Desportos.

11 de Setembro — Festival no Coliseu de Recreios, às 21.30 horas, com cantores chilenos, espanhóis, gregos e portugueses.



Nem só os homens são reprimidos no Chile: a cultura é também inimiga do fascismo



O ÚLTIMO COMBATE DE ALLENDE NARRADO POR FIDEL CASTRO

Vamos referir essencialmente o carácter de combatente e de soldado da revolução do presidente Allende, no dia 11 de Setembro.

As 6 e 18 da manhã desse dia o presidente recebeu uma chamada telefónica na sua residência da Rua Tomás Moro a informá-lo do golpe militar que se estava a processar. Imediatamente pôe em estado de alerta os homens da sua guarda pessoal e toma a firme decisão de se mudar para o Palácio da Moneda para defender, no seu posto de Presidente da República, o Governo da Unidade Popular.

Acompanha-o uma escolta de 23 homens armados com 23 espingardas automáticas, duas metralhadoras de calibre 30 e três bazucas, que se deslocam com o presidente, em quatro automóveis e uma camioneta para o palácio presidencial, onde chegam às 7 e 30 da manhã.

Levando na mão a sua espingarda automática, o presidente, acompanhado pela escolta, entrou pela porta principal da Moneda. A essa hora a protecção habitual de carabineiros mantinha-se normal no palácio.

Já no interior, reuniu-se com os homens que o acompanhavam, informou-os da gravidade da situação e da sua decisão de combater até à morte defuncional, legítimo e popular do Chile, frente ao golpe fascista, analisou os efectivos disponíveis e ditou as primeiras instruções para a defesa do palácio.

Chegaram sete membros do Corpo de Investigações para se juntarem aos defensores. Os carabineiros, entretanto, mantinham-se nos seus postos e alguns adoptavam medidas para a defesa do edifício. Um pequeno grupo da escolta pessoal vigiava a entrada do gabinete presidencial com instruções para não deixar passar nenhum militar armado e assim evitar uma traição.

No espaço de uma hora, dirigiu-se três vezes pela rádio ao povo, expressando a sua vontade de resistir.

Passadas as 8 e 15, e pelos atiradores do palácio, a junta fascista intima o presidente à rendição e à renúncia do seu cargo, oferecendo-lhe um transporte aéreo para abandonar o país em companhia dos seus familiares e colaboradores. O presidente respondeu-lhes que, «como generais traidores que são, não conhecem os homens de honra» e recusou indignado o ultimato (aplausos).

O presidente teve no seu gabinete uma breve reunião com vários altos oficiais do Corpo de Carabineiros que tinham chegado ao palácio e que recusavam, corajosamente, naquele instante defender o Governo. O presidente reprova-os duramente e despede-os com desprezo, intimando-os a abandonarem imediatamente aquele lugar. Enquanto se efectuava esta reunião com os chefes dos carabineiros, chegaram os três ajudantes de campo; o presidente disse-lhes que aquele não era o momento para confiar nos homens de uniforme e pediu-lhes que se retirassem da Moneda. Não obstante, o presidente despediu-se com afecto do comandante Sanchez que tinha sido o seu eficiente ajudante de campo da Força Aérea.

Minutos depois de se retirarem, os ajudantes de campo e os altos oficiais dos carabineiros, o tenente-chefe, encarregado da guarnição de carabineiros do palácio presidencial, obedecendo às ordens dos seus chefes das instruções a um carabineiro para percorrer o edifício

(Continuação da 7.ª página)

Mensagem do PCP ao PC do Chile

Queridos Camaradas:

O Partido Comunista Português condena vigorosamente o golpe militar da reacção no vosso país. Juntamos a nossa voz à voz de todos aqueles que, em todo o Mundo, manifestam a sua indignação contra o golpe odioso e os crimes da reacção e do imperialismo, para impedir que o povo chileno siga o caminho da liberdade, progresso social e independência que livremente tinha escolhido.

No momento em que uma sangrenta repressão se abate sobre os trabalhadores e as massas populares, sobre o vosso Partido, o Partido Socialista e outras forças da União Popular, expressamos-vos a nossa inteira e fraternal solidariedade.

Temos plena confiança, queridos camaradas, que o Partido Comunista do Chile, a classe operária e as forças progressistas do vosso país, por muito duras que sejam as provas a que estão a ser submetidas, não desfalecerão, um momento que seja, no seu justo combate e acabarão por alcançar a vitória.

O Comité Central do Partido Comunista Português
(Publicado no «Avante!», n.º 458, de Outubro de 1973)